

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório dos Atuariais Independentes, referentes à MAPFRE Seguros Gerais S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores, que entraram em vigor a partir da data de sua publicação e segundo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Pandemia do Coronavírus (Covid-19) e seus impactos
A pandemia de Covid-19 trouxe uma nova fonte de incertezas à atividade econômica global. É um momento de grave crise, sem precedentes nos últimos cem anos com consequências sociais e econômicas a pessoas e empresas.

Autoridades de todo o mundo têm tomado medidas restritivas para conter a transmissão da doença. Essas restrições acarretam impactos profundos na economia, uma vez que parte preponderante da atividade econômica pressupõe que as pessoas sejam ativas, socialmente e profissionalmente. Ainda que as incertezas em relação à duração das restrições dificultem a quantificação desses impactos, alguns indicadores de atividade econômica já demonstram sinais de enfraquecimento em bens de consumo e serviços. No Brasil, assim como em outros países do mundo, foram anunciadas medidas de estímulo à economia e ao crédito.

Nessa linha, a MAPFRE estabeleceu um Comitê de Crises, que permitiu rapidamente a adoção de medidas para preservar a saúde e a integridade de seus públicos, seguindo estritamente as orientações e determinações das autoridades locais.

Estabelecemos pilares de atuação contra os impactos da Covid-19 que o Grupo MAPFRE adotou:
a) Garantir o bem-estar de nossos colaboradores
I. Trabalho remoto às funções em que é possível fazê-lo;
II. Comunicação transparente por meio de e-mails, portal interno de colaboradores e vídeos semanais feitos pelos nossos CEOs e Diretores comunicando novidades referentes à Covid-19;

III. Plano de retomada de forma gradativa;
IV. Disponibilização de aplicativo para colaboradores, com monitoramento diário (verificador de sintomas, orientação médica on-line 24h), atendimento por vídeo chamada e informações sobre cuidado e prevenção do novo Coronavírus;

b) Buscar as melhores soluções para atender nossos clientes da melhor maneira possível
I. De serviços gratuitos de Orientação Médica por Telefone (OMT) aos segurados de vida e telemedicina no programa MAPFRE Cuidando de Você;

II. Inclusão da cobertura em caso de morte por infecção pelo Covid-19 nas apólices de vida, habitacional e prestamista. Para o habitacional, é preciso que a cobertura por morte e invalidez permanente esteja contemplada na contratação da apólice;

III. Renovação do seguro auto, residencial e rural com as mesmas condições e preços de 2019.
IV. Ampliação de atividades profissionais cobertas no seguro residencial, beneficiando microempreendedores individuais que levaram seus negócios para casa. Com isso, as atividades amparadas pela cobertura "Pequeno Empreendedor", passaram de 13 para 24 categorias. O seguro residencial garante, ainda, a estes profissionais, assistência 24 horas e suporte complementar, como proteção digital e help desk.

V. Reforço das soluções digitais para a realização de procedimentos como vistoria e pericia de automóveis.
c) Manter o funcionamento normal das operações em condições anormais
I. Reduzimos o tempo de pagamento às oficinas, além de pagamento adicional aos estabelecimentos com processo de higiene para prevenção do coronavírus;

II. Atualização do valor do bônus performance para as assistências 24h, um adicional acordado entre a MAPFRE e os prestadores que entregam serviços com qualidade acima dos parâmetros exigidos;
III. Oferta de treinamentos online à rede de prestadores em conjunto com o SEBRAE.

Noto campo social, por meio da Fundação MAPFRE, apoio a projetos que ajudaram a população no combate ao coronavírus, sobretudo, os grupos menos favorecidos. Doação de mais R\$ 16 milhões para apoiar a iniciativas de instituições governamentais e entidades de saúde, tanto de prevenção da disseminação da pandemia, quanto no tratamento da infecção.

Prêmios Emitidos
Os prêmios emitidos totalizaram no ano de 2020 R\$ 6.746,4 bilhões, com aumento de R\$ 698,2 milhões ou 11,5% em relação ao ano anterior. O crescimento ocorreu em função da Incorporação ao final de 2019 da Brasiveículos Companhia de Seguros, que participa de 12% do total de prêmios emitidos e destaque para a carteira de Grandes Riscos que apresentou o crescimento de 32% em relação ao ano anterior.

Sinistralidade
Em 2020, a sinistralidade foi de 49,3%, com redução de 14,9% em relação ao ano anterior. A redução da sinistralidade foi notada nas carteiras de autos e grandes riscos.

Despesas Administrativas
No exercício de 2020, o índice de despesas administrativas sobre o prêmio ganho foi de 11,8%, aumento de 1,5p.p. em relação ao exercício de 2019. Já em valores absolutos as despesas administrativas totalizaram R\$ 819,7 milhões, sendo R\$ 171,8 milhões superior ao montante do mesmo período do ano anterior que foi de R\$ 647,9 milhões, crescimento este justificado pela incorporação da Brasiveículos Companhia de Seguros.

Resultado Financeiro
O resultado financeiro totalizou no ano de 2020 R\$ 312,6 milhões, aumento de R\$ 99,9 milhões ou 47,0% em relação ao ano anterior.

Resultado do Exercício
Em 2020, o lucro líquido totalizou R\$ 224,0 milhões, aumento de R\$ 166,0 milhões em relação ao ano anterior.

Índice Combinado
O índice combinado (total de gastos com sinistros retidos, despesas de comercialização, despesas administrativas, despesas com tributos e outras receitas e outras despesas operacionais sobre os prêmios ganhos), no exercício de 2020 foi de 99,4%, redução de 2,5p.p. em relação aos 101,9% do exercício de 2019. Esta variação decorre, da redução de 14,9p.p. do índice de sinistralidade, em compensação do aumento de 13,1p.p. do índice de gastos com resseguro impactado pelas operações em dólar.

O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, no exercício de 2020 foi de 94,9%, redução de 3,6p.p. em relação ao ano anterior.

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos
Os acionistas da MAPFRE Seguros Gerais S.A., em cada exercício, terão direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido.

O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, podendo ser designado 100% à Reserva de Lucros - estatutária, visando à manutenção de margem operacional

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

	Nota	2020	31/12/2019 (reapresentado)	01/01/2019 (reapresentado)
Ativo				
Circulante		6.710.056	8.559.565	7.238.600
Disponível	5	58.898	95.399	23.841
Caixa e bancos		58.898	95.399	23.841
Equivalente de caixa	5	31.573	31.326	23.520
Outros valores e bens	6	802.827	2.640.821	1.909.989
Créditos das operações com seguros e resseguros		2.329.850	2.209.797	2.086.087
Prêmios a receber	7	2.200.755	2.093.761	1.644.763
Operações com seguradoras		5.993	5.152	16.391
Operações com resseguradoras	8a	123.102	110.884	424.933
Outros créditos operacionais		9.68.690	163.655	51.617
Ativos de resseguro - provisões técnicas		8a 2.481.236	2.432.345	2.299.828
Títulos e créditos a receber		337.770	327.903	291.457
Titulos e créditos a receber	10a	168.773	127.908	131.868
Créditos tributários e previdenciários	29b	145.072	161.721	127.388
Outros créditos	10d	23.925	38.274	32.201
Outros valores e bens		107.166	104.926	63.082
Bens à venda	11a	35.409	30.583	62.625
Outros valores	11b	71.757	74.343	457
Despesas antecipadas		11.892	11.491	10.819
Custos de aquisição diferidos		12 480.154	541.902	478.360
Seguros		480.154	541.902	478.360
Ativo não circulante		6.059.487	4.076.482	2.796.433
Realizável a longo prazo		5.635.150	3.754.671	2.452.336
Aplicações	6	3.541.304	1.384.524	999.886
Créditos das operações com seguros e resseguros		7 41.469	30.376	75.684
Prêmios a receber	7	41.469	30.376	75.684
Ativos de resseguro - provisões técnicas		8a 178.682	356.395	152.226
Títulos e créditos a receber		1.718.942	1.852.602	1.123.935
Créditos tributários e previdenciários	29b	916.844	994.504	908.589
Depósitos judiciais e fiscais	26a	802.098	858.098	215.346
Custos de aquisição diferidos		12 154.753	130.774	100.605
Seguros		154.753	130.774	100.605
Investimentos		1.042	4.074	7.026
Participações societárias		996	4.028	6.992
Outros investimentos		46	46	34
Imobilizado	13	55.113	49.884	68.758
Imóveis de uso próprio		20.421	21.400	32.910
Bens móveis		15.098	14.540	18.796
Outras imobilizações		19.594	13.944	17.052
Intangível	14	368.182	267.853	268.313
Total do ativo		12.769.543	12.636.047	10.035.033

	Nota	2020	31/12/2019 (reapresentado)	01/01/2019 (reapresentado)
Passivo				
Circulante		7.674.247	7.595.218	6.717.281
Contas a pagar		622.987	469.469	350.543
Obrigações a pagar	15	441.872	297.645	207.441
Impostos e encargos sociais a recolher	16	133.831	131.801	108.516
Encargos trabalhistas		34.377	29.822	25.526
Impostos e contribuições	17	12.907	10.201	9.060
Débitos de operações com seguros e resseguros		1.193.024	835.386	1.169.015
Prêmios a restituir		7.048	4.282	-
Operações com seguradoras	18	82.990	22.666	64.026
Operações com resseguradoras	8b	781.096	499.747	873.271
Corretores de seguros e resseguros	19	226.102	217.015	151.176
Outros débitos operacionais	20	95.788	91.676	80.542
Depósitos de terceiros		21 276.362	304.084	141.691
Provisões técnicas - seguros		22 5.581.874	5.986.279	5.056.032
Danos		5.343.839	5.739.878	4.794.873
Pessoas		233.864	246.401	261.159
Vida		4.171	542	542
Passivo não circulante		2.351.580	2.528.775	1.360.649
Provisões técnicas - seguros		22 1.536.523	1.623.361	1.041.769
Danos		1.314.676	1.470.047	887.443
Pessoas		206.597	153.314	154.326
Vida		15.250	-	-
Outros débitos		815.057	905.414	318.880
Provisões judiciais	26	815.057	905.414	318.880
Patrimônio líquido	27	2.743.716	2.512.054	1.957.103
Capital social		2.408.177	2.408.177	2.072.858
Reservas de capital		542	542	542
Reservas de reavaliação		397	397	397
Reservas de lucros		243.922	73.127	-
Ajustes de avaliação patrimonial		90.678	29.811	-
Prejuízo acumulado		-	-	(127.792)
Total do passivo e patrimônio líquido		12.769.543	12.636.047	10.035.033

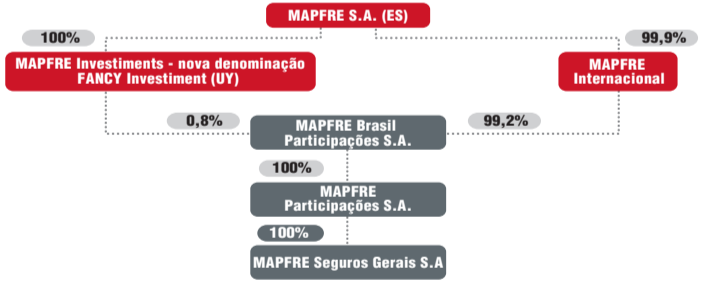
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2019	2.072.858	497	45	397	11.098 (127.792)	1.957.103
Titulos e valores mobiliários					18.298	18.298
Atos de incorporação (nota explicativa nº 32b)	335.319			67.064	40.061	415
Lucro líquido do exercício					35.842	35.842
Reserva de lucros (absorção de prejuízo do exercício)					57.952	57.952
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.408.177	497	45	397	67.064	2.512.054
Titulos e valores mobiliários					60.867	60.867
Lucro líquido do exercício					223.993	223.993
Reserva legal				11.200		11.200
Reserva de investimentos				159.595		159.595
Dividendos mínimos obrigatórios					(53.198)	(53.198)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.408.177	497	45	397	78.264	2.743.716

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE Seguros Gerais S.A., (doravante designada por "Seguradora"), é uma sociedade anônima de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em seguros e resseguros nos ramos de vida e elementares, em todo o território nacional. O endereço registrado da Seguradora é Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, 21º andar, Vila Gertrudes, São Paulo - SP, CEP 04794-000 e está cadastrada no CNPJ sob o nº 61.074.175/0001-38. A Seguradora é integrante do GRUPO MAPFRE, conjunto de empresas e entidades que operam em seguros e atividades correlatas, bem como participação em outras sociedades com sede em Madrid, Espanha. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do GRUPO MAPFRE, sendo os custos das estruturas operacionais e administrativas comuns absorvidos segundo critérios estabelecidos em acordo operacional existente entre as empresas do GRUPO MAPFRE. Em 31 de dezembro de 2020, o GRUPO MAPFRE apresentava a seguinte estrutura:



a) Incorporação MAPFRE Serviços S.A.
Essas demonstrações financeiras contemplam a incorporação da MAPFRE Serviços S.A. em 1º de abril de 2020, a seguradora incorporou a totalidade dos ativos e passivos dos quais era controladora, com o objetivo de promover a reorganização societária, maximizando operações e recursos disponíveis, consequentemente, eliminando os custos operacionais e administrativos. Os acionistas aprovaram a incorporação através da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de março de 2020. Os saldos contábeis incorporados estão apresentados abaixo:

Ativo	Valor
Circulante	6.224
Equivalente de caixa	1.173
Títulos e créditos a receber	50
Créditos tributários e previdenciários	50
Outros valores e bens	60
Ativo não circulante	1
Realizável a longo prazo	60
Títulos e créditos a receber	60
Créditos tributários e previdenciários	50
Depósitos judiciais e fiscais	10
Total do ativo	6.284
Passivo	121
Circulante	121
Contas a pagar	121
Obrigações a pagar	119
Impostos e contribuições	1
Outras contas a pagar	1
Passivo não circulante	148
Outros débitos	148
Provisões judiciais	148
Patrimônio líquido	6.015
Total do passivo e patrimônio líquido	6.284

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação: em consonância com a Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular, seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 24 de fevereiro de 2021. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Comparabilidade: Os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 1º de janeiro de 2019 (derivados das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018), as demonstrações do resultado e do fluxo de caixa do exercício de 2019, originalmente apresentados nas demonstrações financeiras daqueles exercícios, estão sendo reapresentados para fins de comparabilidade, em conformidade com os pronunciamentos técnicos CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, em decorrência de nova orientação SUSEP a qual descrevem: Anteriormente, a Circular SUSEP nº 517/2015 determinava que as operações decorrentes dos consórcios do seguro DPVAT deveriam ser tratadas contabilmente como consórcio, de modo que as receitas e despesas eram registradas pela Seguradora Líder (administradora do consórcio dos seguros DPVAT), sempre pelo valor bruto e os repasses de receita e as recuperações de despesas transferidas às entrosadas, eram registradas em contas específicas da operação do DPVAT. A partir de janeiro de 2020, entendi-se em vigor a Circular SUSEP nº 595/19 e a orientação apresentada no Manual de Práticas Contábeis emitido pela SUSEP, os quais definiram que, as operações do seguro DPVAT deverão ser registradas, unicamente, em conta de ativo a receber referente à apuração mensal da margem de resultado em contrapartida de outras receitas operacionais. Conforme orientação da Circular DIAFI nº 007/2020, emitida pela Seguradora Líder do Consórcio DPVAT S.A., efetuamos as reclassificações entre ativos e passivos relacionados as operações do seguro DPVAT, nos saldos de abertura das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, que eram apresentados, substancialmente, nas rubricas de Aplicações Financeiras, Provisões Técnicas de Seguros, Prêmios emitidos e Sinistros ocorridos. Abaixo, demonstramos resumo dos saldos originalmente apresentados e que estão reapresentados, para a correta comparabilidade às demonstrações financeiras.

	Nota	01/01/2019 (reapresentado)	Reclassificações	01/01/2019 (reapresentado)
Ativo				
Circulante		7.630.797 (392.197)	6.717.281	7.238.600
Aplicações	6	2.302.050 (392.061)	1.909.989	1.909.989
Outros créditos operacionais	9	51.753 (136)	51.617	51.617
Outros - ativo circulante		5.276.994 -	5.276.994	5.276.994
Ativo não circulante		2.796.433 -	2.796.433	2.796.433
Total do ativo		10.427.230 (392.197)	10.035.033	

6. APLICAÇÕES

a) Composição por prazo e por nível hierárquico

Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo, por título e por hierarquia de valor justo. Os ativos financeiros classificados a valor justo por meio do resultado são contabilizados no ativo circulante e estão apresentados de acordo com o vencimento dos títulos.

Títulos	Hierarquia a valor justo	Vencimento				Sem vencimento	Valor contábil	Valor de curva	Valor justo	Ativos		2020	%	2019	%
		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Ativos					Total					
	(A)	(B)	(C)	(D)	(E = A + B + C + D)	(F)	(G)	(G - F)	(E)	(H)	(E)	(H)	(E)	(H)	
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado	437.160	114.633	22.279	1.089	575.161	575.302	575.161	(141)	575.161	13%	2.501.981	62%			
Fundos de investimentos	437.160	114.633	22.279	1.089	575.161	575.302	575.161	(141)	575.161	100%	2.501.981	100%			
Letras financeiras do tesouro - LFT	125.876	113.831	22.279	—	261.986	262.158	261.986	(172)	261.986	46%	1.377.519	55%			
Notas do tesouro nacional - NTN-F	17.756	—	—	—	73.756	73.756	73.756	—	73.756	3%	—	—			
Letras do tesouro nacional - LTN	19.701	—	—	—	19.701	19.701	19.701	—	19.701	13%	—	—			
Operações compromissadas (*)	212.267	—	—	—	212.267	212.267	212.267	—	212.267	38%	1.069.829	43%			
Quotas de fundos de investimentos	2	—	—	1.190	1.190	1.190	1.190	—	1.190	0%	52.981	2%			
Títulos da dívida agrária - TDA	—	802	—	—	1.362	1.331	1.362	31	1.362	0%	2.189	0%			
Caixa/contas a pagar/receber	2	—	—	(101)	(99)	(99)	(99)	—	(99)	0%	(537)	0%			
Ativos financeiros disponíveis para venda	66.561	213.133	2.587.587	—	2.867.281	2.716.150	2.867.281	151.131	2.867.281	66%	620.829	15%			
Carteira administrada	66.561	213.133	2.587.587	—	2.867.281	2.716.150	2.867.281	151.131	2.867.281	100%	620.829	100%			
Certificados de depósitos bancários - CDB	26.614	—	—	—	26.614	26.614	26.614	—	26.614	1%	55.872	9%			
Debêntures	2	12.568	14.855	—	27.423	27.583	27.423	(160)	27.423	1%	35.674	6%			
Depósitos a prazo com garantia especial - DPGE	2	27.379	—	—	27.379	27.379	27.379	—	27.379	1%	—	—			
Letras financeiras - LF	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	26.441	4%			
Letras financeiras do tesouro - LFT	1	—	7.049	—	—	—	—	—	—	—	102.598	17%			
Notas do tesouro nacional - LTN	1	—	7.049	—	—	—	—	—	—	—	21.239	3%			
Letras do tesouro nacional - LTN	1	—	191.229	2.587.587	—	2.778.816	2.627.525	2.778.816	151.291	2.778.816	97%	379.005	61%		
Ativos mantidos até o vencimento	161.105	375.399	365.185	—	901.689	901.689	1.085.591	183.902	901.689	21%	902.535	23%			
Fundos de investimentos	161.105	375.399	365.185	—	901.689	901.689	1.085.591	183.902	901.689	100%	902.535	100%			
Notas do tesouro nacional - NTN-B	1	—	246.553	365.185	—	611.738	611.738	781.979	170.241	611.738	68%	620.556	69%		
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	135.230	128.846	—	264.076	264.076	277.587	13.511	264.076	29%	260.755	29%			
Notas do tesouro nacional - NTN-C	1	25.875	—	—	25.875	25.875	26.023	150	25.875	3%	21.226	2%			
Total	664.826	703.165	2.975.051	1.089	4.344.131	4.193.141	4.528.033	334.892	4.344.131	100%	4.025.345	100%			

(*) Operações compromissadas com lastro em títulos públicos.

b) Hierarquia de valor justo: Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros a Seguradora usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos. • Nível 2: Inputs, exceto preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: Ativos que não sejam precificados com base em dados observáveis do mercado e a seguradora utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo. Não houve reclassificação entre as categorias de Títulos e Valores Mobiliários no período. c) Determinação do valor justo: O valor justo das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. As operações compromissadas são operações de compra e venda de (1) um dia com uma taxa pré-fixada na data da emissão da operação. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. Os títulos de renda fixa (debêntures) tiveram suas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. Para os demais títulos de renda fixa ativos, sem cotação em mercado, o valor justo é apurado utilizando-se metodologia própria - "Market to Model" do administrador com o uso máximo de informações observáveis no mercado. Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros derivativos são definidos pelo administrador das carteiras e pelo custodiante, sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e B3 - Brasil, Bolsa, Balcão para cálculos e apuração constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de autogregulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. O valor justo dos investimentos mantidos até o vencimento é determinado apenas para fins de divulgação. As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão e na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia.

d) Taxa de juros contratada

	2020	2019
	Maior taxa	Menor taxa
Certificados de depósitos bancários - CDB	100,00%	100,00%
Debêntures	CDI + 1,5 a.a.	CDI + 1,5 a.a.
Depósitos a prazo com garantia especial - DPGE	111,5%	111,5%
Títulos da dívida agrária - TDA	102,0% do CDI	100,0% do CDI
Letras financeiras do tesouro - LFT	100,0% SELIC	100,0% SELIC
Letras do tesouro nacional - LTN	6,99%	9,27%
Notas do tesouro nacional - NTN-B	7,62%	4,83%
Notas do tesouro nacional - NTN-C	4,84%	4,85%
Notas do tesouro nacional - NTN-F	12,90%	12,91%
Operações compromissadas - LFT - O(*)	1,88%	1,88%
Operações compromissadas - LTN - O(*)	—	4,38%
Letras financeiras - LF	—	111,8% do CDI

(*) Operações compromissadas com lastro em títulos públicos.

e) Movimentação das aplicações

	31/12/2019		Ajuste a valor justo	Rendimentos	2020
	(reapresentado)	Aplicações			
Valor justo por meio do resultado	2.501.981	2.642.596	(4.688.250)	—	118.834
Disponíveis para venda	620.829	2.520.940	(481.536)	101.445	105.603
Mantidos até o vencimento	902.535	—	(34.080)	—	33.234
Total	4.025.345	5.163.536	(5.203.866)	101.445	257.671
	01/01/2019		Ajuste a valor justo	Rendimentos	Incorporação (nota nº32b)
Valor justo por meio do resultado	1.839.984	2.735.273	(2.891.305)	—	155.300
Disponíveis para venda	425.408	191.780	(210.599)	28.816	46.095
Mantidos até o vencimento	644.275	—	(30.540)	—	22.951
Outras aplicações	208	—	(208)	—	—
Total	2.909.875	2.927.053	(3.132.652)	28.816	224.346

f) Instrumentos financeiros derivativos: A Seguradora possui contratos futuros de DI, conforme apresentados na tabela abaixo. O objetivo de atuação no mercado de derivativos é de proteção, visando minimizar a exposição a riscos de mercado, neste caso de taxa de juros. A utilização de derivativos está condicionada a avaliação do cenário macroeconômico, demonstrados a seguir:

Derivativos	Quantidade	Valor de referência	Valor justo	Valor receber/pagar	Vencimento
FUT DI	(937)	93.700	(93.593)	—	Abaixo de 360 dias

7. PRÊMIOS A RECEBER

Os prêmios de seguros são contabilizados por ocasião da emissão das apólices, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios ganhos.

a) Prêmios por segmento

Ramos agrupados	2020		2019	
	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável (*)	Prêmios a receber líquidos	Prêmios a receber líquidos
Automóvel	1.013.706	(24.846)	988.860	1.199.698
Patrimonial	556.648	(16.269)	540.379	401.770
Rural	174.475	(4.432)	170.043	102.594
Aeronáuticos	202.230	(13.649)	188.581	108.782
Microseguros	44.913	(6.993)	37.920	28.798
Riscos financeiros	50.673	(1.547)	49.126	51.481
Pessoas coletivo	51.677	(3.545)	48.132	70.570
Riscos especiais	30.207	—	30.207	72.425
Marítimos	66.510	(5.373)	61.137	29.073
Responsabilidades	32.014	(2.453)	29.561	33.433
Habitacional	1.601	(912)	689	328
Demais ramos	110.355	(13.154)	97.199	110.726
Total	2.335.077	(92.783)	2.242.224	2.209.678

(*) Redução ao valor recuperável calculada conforme nota explicativa nº 3b ii.

b) Movimentação de prêmios a receber

	2020	2019
Saldo inicial	2.124.137	1.720.447
(+) Prêmios emitidos (*)	9.032.342	8.900.398
(+) IOF	436.097	366.888
(+) Adicional de fracionamento	2.591	1.600
(-) Prêmios cancelados (*)	(1.891.315)	(2.618.780)
(-) Recebimentos	(7.454.386)	(6.818.317)
(+) Reversão de redução ao valor recuperável	(7.242)	19.468
(+) Saldo incorporação (nota nº 32b)	—	552.433
Saldo final	2.242.224	2.124.137

(*) Foram emitidas e canceladas apólices no montante de R\$ 1.228.692 (R\$ 1.862.544 em 31 de dezembro de 2019) dentro do mesmo mês apresentando assim uma variação relevante.

c) Composição por prazo de vencimento

	2020	2019
A vencer até 30 dias	869.481	1.006.635
A vencer de 31 a 60 dias	411.365	311.635
A vencer de 61 a 120 dias	397.918	339.999
A vencer de 121 a 180 dias	210.990	172.571
A vencer de 181 a 365 dias	190.144	137.333
A vencer acima de 365 dias	41.469	30.376
Total a vencer	2.111.367	1.998.609
Vencidos até 30 dias	86.210	94.690
Vencidos de 31 a 60 dias	23.808	17.359
Vencidos de 61 a 120 dias	12.607	6.307
Vencidos de 121 a 180 dias	2.525	2.885
Vencidos de 181 a 365 dias	4.184	2.652
Vencidos acima de 365 dias	1.846	1.635
Total vencidos	130.857	125.528
Total	2.242.224	2.124.137

O prazo médio de recebimento dos prêmios é de 40 dias. O período médio de parcelamento para liquidação dos prêmios pelos segurados é de 210 dias.

8. OPERAÇÕES COM RESSEGUADORAS E ATIVOS DE RESSEGURO

a) Ativo	2020	2019
Recuperação de sinistros	166.161	134.097
Redução ao valor recuperável - RVR	(43.059)	(23.213)
Total	123.102	110.884
	2020	2019
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	1.474.118	1.860.946
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	139.250	134.308
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	152.861	142.332
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	819.326	606.823
Provisão de despesas relacionadas - PDR	74.363	44.331
Total	2.659.918	2.788.740
b) Passivo	2020	2019
Prêmios cedidos	828.418	527.051
Comissões a recuperar	(66.476)	(44.415)
Salvados e ressarcimentos	19.154	17.111
Total	781.096	499.747

c) Composição de prêmio emitido por grupo de ramos

Grupo de ramos	2020		2019	
	Prêmio emitido líquido (*)	Resseguro cedido (**)	Prêmio emitido líquido (*)	Resseguro cedido (**)
Automóvel	751.093	100,00%	632.046	100,00%
Patrimonial	1.707.162	1.111,10%	34,92%	1.355,81%
Pessoas	608.606	1.811,79%	75,36%	616,49%
Rural	542.854	1.369,69%	455,76%	115,84%
Marítimos/Aeronáuticos	545.770	469,00%	14,06%	330,00%
Transportes	208.149	23,011%	88,94%	232,057%
Demais	482.466	130,725%	72,91%	376,773%
Total	6.846.101	1.869.427	72,69%	5.989.263

(*) Não inclui RVNE de valor de R\$ 99.740 (R\$ 58.842) em 31 de dezembro de 2019.

(**) Não inclui RVNE de resseguro no valor de R\$ 36.224 (R\$ 37.626) em 31 de dezembro de 2019.

9. OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS

Outros créditos operacionais é composto, basicamente, por solicitações de pagamentos de sinistros aguardando a compensação bancária para a devolução de valores de R\$ 48.895 (R\$ 152.475 em 31 de dezembro de 2019) e outros créditos de agentes e correspondentes de R\$ 19.408 (R\$ 11.100 em 31 de dezembro de 2019).

10. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

a) Títulos e créditos a receber - composição

	2020	2019
Ressarcimento a receber - estimados (nota nº 10b)	50.670</	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de Reais)

Bruto de resseguros Montante estimado para os sinistros	Ano do aviso do sinistro						
	Até 2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total
No ano do aviso	22.075.207	3.405.917	3.448.106	3.558.853	3.432.632	3.119.773	3.119.773
Um ano após o aviso	22.191.144	4.426.538	3.832.860	3.893.664	3.602.562	3.602.562	3.602.562
Dois anos após o aviso	22.334.122	3.475.295	3.914.412	3.958.859	-	-	3.958.859
Três anos após o aviso	22.490.072	3.517.164	3.953.430	-	-	-	3.953.430
Quatro anos após o aviso	22.689.862	3.527.690	-	-	-	-	3.527.690
Cinco anos ou mais após o aviso	22.938.218	-	-	-	-	-	22.938.218
Estimativa de Sinistros Incorporados em 31.12.2020	22.938.218	3.527.690	3.953.430	3.958.859	3.602.562	3.119.773	41.100.532
Pagamentos efetuados até 31.12.2020	22.087.828	3.432.191	3.512.785	3.657.202	3.295.215	2.306.807	38.292.028
Provisão de sinistros a liquidar no período de análise	850.390	95.499	440.645	301.657	307.347	812.966	28.808.504
Provisão agregada de sinistros em 31.12.2020 (*)	-	-	-	-	-	-	864.312
Retrossaço	-	-	-	-	-	-	1.708
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR e PDR)	-	-	-	-	-	-	3.674.524

Montante de sinistros pagos	Ano do aviso do sinistro						
	Até 2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total
No ano do aviso	15.934.221	2.649.235	2.717.821	2.493.959	2.305.780	2.306.807	2.306.807
Um ano após o aviso	20.414.076	3.272.951	3.028.623	3.292.468	3.295.215	-	3.295.215
Dois anos após o aviso	21.139.817	3.355.049	3.394.075	3.657.202	-	-	3.657.202
Três anos após o aviso	21.579.492	3.399.775	3.512.785	-	-	-	3.512.785
Quatro anos após o aviso	21.893.036	3.432.191	-	-	-	-	3.432.191
Cinco anos ou mais após o aviso	22.087.828	-	-	-	-	-	22.087.828
Pagamentos efetuados até 31.12.2020	22.087.828	3.432.191	3.512.785	3.657.202	3.295.215	2.306.807	38.292.028

Liquido de resseguros Montante estimado para os sinistros	Ano do aviso do sinistro						
	Até 2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total
No ano do aviso	18.060.149	2.841.252	2.616.215	2.856.172	2.735.196	2.597.470	2.597.470
Um ano após o aviso	17.868.430	2.822.242	2.720.461	2.638.678	2.787.525	-	2.787.525
Dois anos após o aviso	17.365.322	2.835.700	-	-	-	-	2.835.700
Três anos após o aviso	17.813.090	2.898.645	2.758.070	-	-	-	2.758.070
Quatro anos após o aviso	17.895.438	2.912.131	-	-	-	-	2.912.131
Cinco anos ou mais após o aviso	17.942.925	-	-	-	-	-	17.942.925
Estimativa de Sinistros Incorporados em 31.12.2020	17.942.925	2.912.131	2.758.070	2.670.438	2.787.525	2.597.470	31.668.559
Pagamentos efetuados até 31.12.2020	17.437.300	2.835.700	2.672.768	2.571.311	2.692.089	2.199.367	30.408.535
Provisão de sinistros a liquidar no período de análise	505.625	76.431	85.302	99.127	95.436	398.103	1.260.024
Provisão agregada de sinistros em 31.12.2020 (*)	-	-	-	-	-	-	572.200
Retrossaço	-	-	-	-	-	-	1.708
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR e PDR)	-	-	-	-	-	-	1.833.932

Montante de sinistros pagos	Ano do aviso do sinistro						
	Até 2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total
No ano do aviso	14.407.867	2.389.238	2.197.077	2.436.210	2.225.595	2.199.367	2.199.367
Um ano após o aviso	17.320.942	2.751.468	2.623.220	2.524.886	2.692.089	-	2.692.089
Dois anos após o aviso	17.465.722	2.784.334	2.657.061	2.571.311	-	-	2.571.311
Três anos após o aviso	17.334.526	2.806.379	2.672.768	-	-	-	2.672.768
Quatro anos após o aviso	17.365.322	2.835.700	-	-	-	-	2.835.700
Cinco anos ou mais após o aviso	17.437.300	-	-	-	-	-	17.437.300
Pagamentos efetuados até 31.12.2020	17.437.300	2.835.700	2.672.768	2.571.311	2.692.089	2.199.367	30.408.535

24. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	2019 (reapresentado)	2020
Provisões técnicas	7.118.397	7.609.640
Custos de aquisição diferidos redutores de PPNNG	(488.405)	(552.483)
Direitos creditórios	(1.447.879)	(1.444.546)
Parcela coberto a resseguros contratados	(2.270.030)	(2.441.189)
Total a ser coberto	2.912.083	3.171.422
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado	575.161	2.896.565
Ativos financeiros disponíveis para venda (*)	2.867.040	620.829
Ativos mantidos até o vencimento	1.085.591	1.121.277
Total de aplicações (**)	4.527.792	4.638.671
Ativos livres	1.615.709	1.467.249

(*) O montante de R\$ 241 (R\$ 489 em 31 de dezembro de 2019) não foi considerado nos ativos disponíveis para venda por se tratar de aplicações bloqueadas.

(**) Conforme Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, artigo 103 § 2º para efeito de cobertura de provisões técnicas, os ativos financeiros são considerados pelo seu valor de mercado.

25. PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR JUDICIAL

a) Composição das ações judiciais de sinistros por probabilidade de perda		2020		2019	
Quantidade	Valor do risco	Quantidade	Valor do risco	Quantidade	Valor do risco
Provável	9.205	1.081.206	703.388	52.454	10.253
Possível	1.933	256.970	120.332	37.169	1.750
Remota	1.171	1.171.149	69.104	45.888	2.121
Total	12.309	2.509.325	892.824	135.511	14.124

b) Composição das ações judiciais de natureza trabalhista, fiscais e cíveis por probabilidade de perda		2020		2019	
Quantidade	Valor do risco	Quantidade	Valor do risco	Quantidade	Valor do risco
Fiscais	18	1.622.433	704.867	17	1.626.476
Provável	2	619.685	619.685	3	610.916
Possível	16	1.002.748	85.182	14	1.015.560
Trabalhistas	622	164.224	57.859	662	173.502
Provável	335	57.859	57.859	427	60.880
Possível	21	10.006	-	28	7.893
Remota	266	96.359	-	207	104.729
Cível	9.487	249.277	52.331	15.377	269.164
Provável	5.097	52.331	52.331	2.926	103.429
Possível	652	14.197	-	29.093	-
Remota	3.738	182.749	-	10.150	136.642
Total	10.127	2.035.934	815.057	16.056	2.069.142

Trabalhistas - A Seguradora responde por processos de natureza trabalhista, cujos objetos variam de acordo com a relação entre a Seguradora e a outra parte (contrato de trabalho ou prestação de serviços através de empresa interposta), que estão em diversas fases de tramitação. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão com base na avaliação dos advogados internos e da Administração.

Cíveis - Valores em risco decorrentes de processos judiciais não relacionados a operações de seguro ou relacionados a operações de seguro desde que não estejam ligados a coberturas securitárias, incluindo danos morais (quando não relacionados à cobertura securitária), ou ainda relacionados à cobertura securitárias pleiteada em casos em que se constate ausência de apólice, ou sobre riscos ocorridos fora da vigência da apólice.

Os valores provisionados são atualizados mensalmente de acordo com a taxa IPCA-E e INPC, trabalhistas e cíveis, respectivamente, acrescidas de juros.

Fiscais - A Seguradora possui discussões tributárias nas esferas judicial e administrativa, e amparada por seus assessores legais classifica a probabilidade de perda destas ações em provável, possível e remota, para fins de determinação de risco e provisionamento. Os valores provisionados, assim como os depósitos judiciais que possui, são atualizados mensalmente, de acordo com a taxa SELIC, e são informados seus saldos na data base de 31 de dezembro de 2020.

PIS/COFINS - Discute a constitucionalidade da Lei nº 9.718/1998, quanto à exigência de COFINS sobre prêmio de seguro, e receitas excedentes em processo com decisão de segunda instância desfavorável. Aguarda julgamento de Recurso Especial e Extraordinário. Probabilidade de perda da ação classificada como provável quanto aos prêmios de seguro, e possível quanto às receitas excedentes. Os valores envolvidos na ação estão no quadro abaixo - itens I, II, III, VI e VII.

Nota	Tipo	Tema	Probabilidade	Provisão		Depósito		Valor do risco		
				2020	2019	2020	2019	2020	2019	
(I)	PIS	EC 17/97	07/97 a 02/98	POSSÍVEL	10.188	10.071	8.194	8.091	10.188	10.071
(2)	PS	EC 10/96	01/96 a 06/96	POSSÍVEL	4.274	4.245	-	-	4.274	4.245
(3)	IRPJ/CSLL	PC/BitNF	1991 a 1992	POSSÍVEL	-	-	19.244	19.130	-	-
(4)	PIS/COFINS	Multa	01/13 a 10/13	POSSÍVEL	-	-	17.651	17.132	-	-
(5)	IRPJ/CSLL	Glosa de despesas	2010 e 2011	POSSÍVEL	345	220	357	357	50.382	49.493
(6)	PIS/COFINS	assistência 24h	2013/2014	POSSÍVEL	-	-	1.621	1.591	10.910	10.761
(7)	INSS	aliquota RAT	01/13 a 12/14	POSSÍVEL	70.375	74.134	-	-	46.158	43.182
(8)	INSS	Contribuições sobre VA e VR	03/14 a 02/16	POSSÍVEL	-	-	-	-	55.404	54.677
(9)	CSLL	Aumento da aliquota	06/08 em diante	POSSÍVEL	-	-	32.536	-	32.536	-
(10)	IRPJ	Compensação	2003	POSSÍVEL	-	-	2.586	2.540	2.586	2.540
(11)	CSLL	Exclusão da Base Não adição despesas indenutíveis	2005/2006	POSSÍVEL	8.983	-	8.950	-	8.950	-

Total de risco provável 85.182 130.189 30.409 71.032 67.058 703.497
Total de risco possível 619.685 610.916 705.448 695.581 619.685 610.916
Total de risco 705.864 741.105 735.857 776.629 786.743 714.413

Nota (1) e (2) PIS - EC nº 10/1996 e nº 17/1997 - a) Para o ramo de auto, discute a exigibilidade do PIS instituído nos termos da Emenda Constitucional nº 17/1997, com decisão favorável em primeira, e reformada em segunda instância. Em Recurso Extraordinário, obtve decisão parcialmente favorável no sentido de que seja observado o princípio da anterioridade de que trata o § 6º do artigo 195 da CF/1988. Aguarda aplicação aos autos do entendimento do STF proferido no RE 578.846/SP, no sentido de que são

constitucionais a alíquota e base de cálculo do PIS, nos termos das EC nº 16/1996 e nº 17/1997, observados os princípios da anterioridade nonagesimal e irretroatividade tributária. b) Para os demais ramos, discute a exigibilidade do PIS instituído nos termos das EC nº 16/1996 e nº 17/1997, vigente até janeiro de 1999, contando com decisões favoráveis, e que suspendem a exigibilidade do crédito tributário. Aguarda aplicação aos autos do entendimento do STF proferido no RE 578.846/SP, no sentido de que são constitucionais a alíquota e base de cálculo do PIS, nos termos das EC 16/96 e 17/97, observados os princípios da anterioridade nonagesimal e irretroatividade tributária. **Nota (3) IRPJ e CSLL - IPC/BitNF -** discute direito à dedução da variação do IPC e do BTNF, na determinação do lucro real do ano-base de 1991 - exercício de 1992, sem sujeitar-se à limitação imposta pela Lei nº 8.200/1991. Aguarda julgamento de Recurso Extraordinário, sobretudo em razão do RE 545.796/RJ, e de Apelação da União em ação anulatória de lançamento fiscal sobre a matéria, em que obtve decisão favorável. **Nota (4) PIS/COFINS - MULTA -** discute diferença de recolhimento imposta por cálculo de multa de mora sobre recolhimento efetuado sob alance de liminares que suspendiam a exigibilidade de PIS/COFINS. Aguarda julgamento de Apelação da União. **Nota (5) IRPJ/CSLL ineditutibilidade -** discute glosa de despesas operacionais na esfera administrativa. Decisão parcialmente favorável. Saldo remanescente em discussão em Ação Anulatória, que aguarda julgamento de primeira instância. **Nota (6) PIS/COFINS - adicional de Parcelamento/DPVAT/assistência 24h/oscilação cambial -** a) Para o ramo de auto, discute exigência de PIS/COFINS sobre receitas financeiras decorrentes de adicional de parcelamento e operação DPVAT. b) Para os demais ramos discute exigência de PIS/COFINS sobre receitas financeiras decorrentes de adicional de parcelamento e operação DPVAT e oscilação cambial, na esfera administrativa. Aguarda julgamento. **Nota (7) INSS sobre PLR e INSS RAT -** discute exigência de recolhimento de diferencial de alíquota RAT, e descaracterização do plano de PLR de seus colaboradores na esfera administrativa. Julgado de forma desfavorável em primeira instância quanto ao PLR, e em segunda instância quanto à alíquota RAT. Aguarda julgamento de Recursos Voluntário e Especial. **Nota (8) Contribuições sobre VA e VR -** discute exigência de contribuições previdenciárias sobre o benefício de vale alimentação e vale refeição pago aos seus colaboradores. Julgado de forma desfavorável em primeira instância. Aguarda julgamento de Recurso Voluntário. **Nota (9) Multa IRPJ - Compensação -** Para o ramo de auto, discute em ação anulatória de débito, não homologação por parte da Receita Federal quanto à Pedido de Compensação de saldo negativo de IRPJ-2003, em razão de discutir e depositar judicialmente o IRPJ no mesmo período. Aguarda julgamento de Apelação. **Nota (10) Aumento da CSLL -** a) Para o ramo de auto, discutiu judicialmente a elevação da alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL de 9% para 15%. O processo foi julgado de forma desfavorável em primeira e segunda instância, e negou-se seguimento ao seu Recurso Extraordinário, restando mantida a decisão desfavorável de segunda instância. Com a conversão dos depósitos judiciais em pagamento definitivo, provisão e depósitos baixados. b) Discute judicialmente a majoração da alíquota da CSLL de 15% para 20% (Lei nº 13.169/2015 - período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018), mantendo o recolhimento conforme previsto na legislação vigente. Julgamento desfavorável em 2ª instância. Aguarda julgamento Agravo de Despachos Denegatórios de Recurso Especial e Extraordinário. **Nota (11) CSLL - Exclusão da base -** Para o ramo de auto, discutiu a exclusão da CSLL da base de cálculo do IRPJ, aderindo ao REFI2013 quanto aos débitos em discussão. Convertidos parcialmente em renda os depósitos judiciais, e levantado pela Seguradora o saldo remanescente. Aguarda baixa definitiva. **Nota (12) IRPJ/CSLL -** Para o ramo de auto, discute exigência de IRPJ/CSLL, decorrente de glosa de exclusões de ação, despesas de assistência 24h e endomarketing de sua base de cálculo, na esfera administrativa. Julgamento de primeira instância parcialmente favorável, para afastar a glosa sobre assistência 24h e endomarketing. Aguarda julgamento de Recursos de Ofício e Voluntário.

c) Movimentação	2020			2019		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo inicial	741.105	60.880	103.429	905.414	236.453	39.604
Constituições/Reversões (45.880)	9.722	(8.651)	(4.809)	(334)	(11.684)	57.966
Reversões (19.966)	(19.966)	(50.261)	(70.227)	(11.050)	(10.089)	(21.142)
Atualização monetária	9.642	7.075	7.814	24.531	8.768	4.890
Saldo de incorporação (nota nº 32b)	-	148	-	148	496.218	15.756
Saldo final	704.867	57.859	52.331	815.057	741.105	60.880

27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 2.408.177 (R\$ 2.408.177 em 31 de dezembro de 2019), e está representado por 1.692.948.892 (1.692.948.892 em 31 de dezembro de 2019) ações ordinárias, sem valor nominal. **b) Reserva legal:** Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento de capital social. **c) Reserva de investimentos:** Criada com objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Seguradora, entre outros. Será constituída por parcela do lucro líquido remanescente após as deduções estabelecidas no estatuto social, por proposta aos acionistas em Assembleia Geral. **d) Dividendos e remuneração aos acionistas:** É assegurado aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício anual, conforme estabelecido no estatuto social. A parcela dos dividendos que excede o mínimo obrigatório só é deduzida do patrimônio líquido quando efetivamente paga ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. Para fins de distribuição de juros sobre o capital próprio, deverá ser observado o limite de 50% do lucro líquido do exercício, bem como sua dedução do valor do dividendo mínimo obrigatório.

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	223.993	212.793
Constituição da reserva legal (5%)	(11.	

DIRETORIA	AGUSTIN DAVID BELLO CONDE VALDES DENIA DE MOURA	FRANCISCO EUGENIO LABOURT JULIEN CLAUSSE	RAPHAEL DE LUCA JUNIOR SIMONE PEREIRA NEGRÃO
CONTADORA	ATUÁRIA		VERA LÚCIA FERNANDES LOPES - MIBA 817
TÁLITA DE FIUME - CRC 1SP 333939/O-0			

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da MAPFRE Seguros Gerais S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as informações nos pontos explicativas, e compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAPFRE Seguros Gerais S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com

as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras,

independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões não fundamentamos nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

São Paulo, 24 de fevereiro de 2021.

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador - CRC 1SP252419/O-0

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da MAPFRE Seguros Gerais S.A. São Paulo - SP CNPJ: 61.074.175/0001-38

Examinamos as províções técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das províções técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção da MAPFRE Seguros Gerais S.A. ("Seguradora"), em 31 de dezembro de 2020, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Seguradora é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no primeiro parágrafo deste parecer, com base em nossos procedimentos de auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas.

Esses critérios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Seguradora, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das províções técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Seguradora auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das províções técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às

circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as províções técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das províções técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção da MAPFRE Seguros Gerais S.A. em 31 de dezembro de 2020 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Seguradora e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, e com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que, no âmbito das referidas amostras, existe correspondência dos dados que servem de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2021.

ERNEST & YOUNG Serviços Atuariais S.S
CIBA 57
CNPJ 03.801.998/0001-11

Ricardo Pacheco
Atuário - MIBA 2679

Anexo ao Parecer dos Atuários Auditores Independentes
Demonstrativo dos Valores Sujeitos à Auditoria Atuarial

	2020
Provisões Técnicas	
Provisão de Prêmios Não Ganhos	3.443.873
Provisão de Sinistros a Liquidar	3.095.520
Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados	440.054
Provisão de Despesas Relacionadas	138.950
Total de Provisões Técnicas	7.118.397
Valores Redutores da Cobertura Financeira das Provisões Técnicas	
Direitos Creditórios	1.447.879
Custos de Aquisição Diferidos Redutores de PPNG	488.405
Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores de PPNG	429.438
Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores de PSL	1.613.368
Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores de IBNR	152.861
Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores de PDR	74.363
Total de Valores Redutores de Provisões Técnicas	4.206.314
Patrimônio Líquido Ajustado e Capital Mínimo Requerido	
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	1.763.257
Capital Base (b)	15.000
Capital de Risco - Subscrição (c)	717.456
Capital de Risco - Mercado (d)	147.703
Capital de Risco - Crédito (e)	228.294
Capital de Risco - Operacional (f)	44.483
Redução por Correlação dos Riscos (g)	(202.721)
Capital de Risco (h) = (c)+(d)+(e)+(f)+(g)	935.215
Capital Mínimo Requerido (i) = Maior entre (b) e (h)	935.215
Suficiência do PLA (a) - (i)	828.042

MAPFRE Vida S.A.
CNPJ: 54.484.753/0001-49



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório dos Atuários Independentes, referentes à MAPFRE Vida S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC referenciados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores, que entram em vigor a partir da data de sua publicação e segundo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Pandemia do Coronavírus (Covid-19) e seus impactos: A pandemia de Covid-19 trouxe uma nova fonte de incertezas à atividade econômica global. É um momento de grave crise, sem precedentes nos últimos tempos. A pandemia de Covid-19 trouxe uma nova fonte de incertezas à atividade econômica global. É um momento de grave crise, sem precedentes nos últimos tempos. A pandemia de Covid-19 trouxe uma nova fonte de incertezas à atividade econômica global. É um momento de grave crise, sem precedentes nos últimos tempos.

a) Garantir o bem-estar de nossos colaboradores: I. Trabalho remoto às funções em que é possível fazer-lo. II. Comunicação transparente por meio de e-mail, portal interno de colaboradores e vídeos semanais feitos por nossos CEOs e Diretores comunicando novidades referentes à Covid-19. III. Plano de retomada de forma gradativa. IV. Disponibilização de aplicativo para colaboradores, com monitoramento diário (verificador de sintomas, orientação médica on-line 24h, atendimento por vídeo chamado e informações sobre cuidado e prevenção do novo Coronavírus).

b) Buscar as melhores soluções para atender nossos clientes da melhor maneira possível: I. Demanda gratuita de Orientação Médica por telefone (OAM) aos segurados em vida e telemedicina no programa MAPFRE Cuidando de Você; II. Inclusão da cobertura em caso de morte por infecção pela Covid-19 nas apólices de vida, habitacional e prestamista. Para o habitacional, é preciso que a cobertura por morte e invalidez permanente esteja contemplada na contratação da apólice; III. Renovação do seguro

auto, residencial e rural com as mesmas condições e preços de 2019. IV. Ampliação de atividades próprias cobertas no seguro residencial, beneficiando microempreendedores individuais que levaram seus negócios para casa. Com isso, as atividades amparadas pela cobertura "Pequeno Empreendedor", passaram de 13 para 24 categorias. O seguro residencial garante, ainda, a estes profissionais, assistência 24 horas e suporte complementar, como proteção digital e help desk. V. Reforço das soluções digitais para a realização de procedimentos como vistoria e pericia de automóveis.

c) Manter o funcionamento normal das operações em condições anormais: I. Reduzimos o tempo de pagamento às oficinas, além de pagamento adicional aos estabelecimentos com processo de higiene para prevenção do coronavírus. II. Atualização do valor do bônus performance para as assistências 24h, um adicional acordado entre a MAPFRE e os prestadores de entrega serviços com qualidade acima dos parâmetros exigidos; III. Oferta de treinamentos on-line à rede de prestadores em conjunto com o SEBRAE. No campo social, por meio da Fundação MAPFRE, apoio a projetos que ajudaram a população no combate ao coronavírus, sobretudo, os grupos menos favorecidos. Doação de mais R\$ 16 milhões para apoio a iniciativas de instituições governamentais e entidades de saúde, tanto de prevenção da disseminação da pandemia quanto no tratamento da infecção.

Prêmios Emitidos: Os prêmios emitidos da Seguradora totalizam R\$ 821,9 milhões no exercício de 2020, com redução de R\$ 47,2 milhões, ou que representa (5,4%) em relação ao exercício de 2019, reflexo principalmente dos efeitos da pandemia sobre as vendas.

Sinistralidade: A sinistralidade da Companhia no exercício de 2020 foi de 64,2% com um aumento de 5,5 p.p. em relação ao exercício de 2019 por causa da elevação das indenizações relacionadas à Covid-19.

Despesas Administrativas: No exercício de 2020, o índice de despesas administrativas sobre o prêmio ganho foi de 13,4%, que totalizaram apresentando um aumento de 0,8 p.p. em relação ao exercício de 2019, já em valores absolutos as despesas administrativas totalizaram R\$ 110,5 milhões, R\$ 2,3 milhões superior ao montante apurado no mesmo período do ano anterior, que foi de R\$ 108,2 milhões.

Resultado Financeiro: As receitas financeiras totalizaram R\$ 51,3 milhões no exercício de 2020, aumento de R\$ 15,5 milhões ou crescimento de 43,2% em relação ao exercício anterior.

Resultado do Exercício: O lucro líquido totalizou no exercício de 2020 R\$ 30,3 milhões, registrando redução de R\$ 32,9 milhões, ou (52,1%) em relação ao exercício de 2019.

Índice Combinado: O índice combinado (total de gastos com sinistros retidos, despesas de comercialização, despesas administrativas, despesas com tributos e outras receitas e outras despesas operacionais sobre o prêmio ganho), no exercício de 2020 foi de 100,2%, aumento de 8,13 p.p. em relação aos 91,9% do exercício de 2019. Esta variação decorre, do aumento de 5,8 p.p. do índice de sinistralidade. O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, no exercício de 2020 foi de 92,9%, aumento de 5,2 p.p. em relação aos 87,7% do exercício de 2019.

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos: Os acionistas da MAPFRE Vida S.A., em cada exercício, terão direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido. O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, podendo ser designado 100% à Reserva de Lucros - Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Seguradora, até atingir o limite do valor do capital social integralizado. A diretoria está autorizada pelo Estatuto Social, a declarar e pagar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas existentes.

Controles Internos: A atuação de Controles Internos tem como principal objetivo apoiar todas as áreas internas, seja de suporte ao negócio ou operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro e sustentável. Periodicamente, a MAPFRE Vida S.A. realiza testes de controles internos, que visam prevenir atuações dos órgãos reguladores, dar confiabilidade as práticas adotadas, informando às áreas e aos Comitês os resultados obtidos. Os assuntos abordados nos testes são: acompanhamento de novas regulamentações, atendimentos à fiscalização, lavagem de dinheiro e prevenção à fraude, segurança física e lógica, plano de continuidade de negócios e atividade de pagamento de proibições.

Compliance: O GRUPO MAPFRE, com base na Lei nº 9.613/1998 e alterações e com o intuito de evitar a utilização de produtos ou processos para o crime de lavagem de dinheiro e assegurar a conformidade com a Circular SUSEP nº 445/2012, possui processos implementados para identificação, monitoramento e comunicação de operações suspeitas com indícios de lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e atos ilícitos.

O GRUPO conta ainda com o Código de Ética, alinhado com os conceitos de Missão, Visão e Valores. Os canais de denúncia estão disponíveis aos funcionários e públicos externos, mantendo-se disponível para receber relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares.

Governança de Dados e Segurança da Informação: Reafirmamos o compromisso da disponibilidade, integridade e confidencialidade das informações organizacionais e dos clientes e diante dos desafios da era digital das informações, além de garantir a segurança dos dados, uma governança e gestão da informação mais robusta e fortalecida tem sido um dos focos de atuação do GRUPO MAPFRE, alinhada a nova Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709/18.

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, corretores, parceiros e aos colaboradores pelo apoio e confiança depositados em nosso trabalho. O fortalecimento desse relacionamento é um dos objetivos que nos estimula a seguir em frente, em busca de novos desafios.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2021.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

	Nota	2020 (reapresentado)	31/12/2019 (reapresentado)	01/01/2019 (reapresentado)
Circulante		434.239	934.790	811.085
Disponível	5	315	1.183	2.107
Caixa e bancos	5	315	1.183	2.107
Equivalente de caixa	6	2.672	2.231	6.586
Aplicações	5	240.268	721.261	635.833
Créditos das operações com seguros e resseguros	7	132.290	160.433	158.315
Prêmios a receber	7	132.290	141.788	83.229
Operações com seguradoras	8a	24.082	16.234	20.882
Operações com resseguradoras	9a	1.769	2.411	5.155
Operações com resseguradoras	9b	2.707	6.586	3.262
Ativos de resseguro e províções técnicas	9a	2.629	2.465	2.120
Títulos e créditos a receber	24.637	31.205	32.014	32.014
Títulos e créditos a receber	746	1.616	878	878
Créditos tributários e previdenciários	26b	22.743	27.924	28.795
Outros créditos	1.148	1.665	2.341	2.341
Outros valores e bens	223	-	-	-
Outros valores	223	-	-	-
Despesas antecipadas	1.221	655	4.804	4.804
Custos de aquisição diferidos	10	9.417	8.771	7.590
Seguros	9.417	8.771	7.590	7.590
Ativo não circulante	767.479	327.374	354.326	354.326
Realizável a longo prazo	744.528	298.246	318.901	318.901
Aplicações	6	567.843	117.961	118.291
Créditos das operações com seguros e resseguros	7	783	-	-
Prêmios a receber	7	783	-	-
Ativos de resseguro e províções técnicas	9a	1.677	1.063	2.402
Títulos e créditos a receber	167.914	178.774	197.349	197.349
Créditos tributários e previdenciários	26b	149.606	164.267	183.429
Depósitos judiciais e fiscais	23a	18.308	14.507	13.920
Custos de aquisição diferidos	10	6.311	448	859
Seguros	6.311	448	859	859
Investimentos	3.777	3.753	3.794	3.794
Participações societárias	3.777	3.753	3.794	3.794
Imóveis destinados à renda	11	3.400	3.477	3.594
Imobilizável	12	119	227	385
Bens móveis	119	210	316	316
Outras imobilizações	-	17	69	69
Intangível	13	19.055	25.148	31.246
Outros intangíveis	19.055	25.148	31.246	31.246
Total do ativo	1.201.178	1.262.164	1.165.411	1.165.411

	Nota	2020 (reapresentado)	31/12/2019 (reapresentado)	01/01/2019 (reapresentado)
Passivo		409.681	480.571	455.449
Circulante		27.626	46.199	36.037
Obrigações a pagar	14	24.447	38.544	31.974
Impostos e encargos sociais a recolher	1.201	1.201	1.379	1.255
Encargos trabalhistas	1.322	1.066	1.066	977
Impostos e contribuições	15	656	5.216	1.831
Depósitos de operações com seguros e resseguros	49.966	50.973	51.043	44.315
Prêmios a restituir	105	103	105	105
Operações com seguradoras	8b	17.255	19.411	19.500
Operações com resseguradoras	9b	3.066	2.895	6.603
Corretores de seguros e resseguros	16	20.654	22.327	15.650
Outros débitos operacionais	17	8.886	5.347	2.457
Depósitos de terceiros	18	52.913	55.326	19.178
Provisões técnicas - seguros	19	279.176	328.973	355.919
Danos	66	69	96	96
Pessoas	244.357	273.292	315.519	315.519
Vida individual	34.753	55.612	40.504	40.504
Passivo não circulante	265.710	290.044	271.833	271.833
Provisões técnicas - seguros	19	248.306	265.303	243.322
Pessoas	243.873	260.760	226.062	226.062
Vida individual	4.433	4.543	17.260	17.260
Outros débitos	23	17.404	24.741	28.511
Provisões judiciais	17	14.024	24.741	28.511
Patrimônio líquido	24	526.327	491.549	438.129
Capital social	415.166	415.166	415.166	415.166
Reservas de lucros	90.861	67.784	19.592	19.592
Ajustes de avaliação patrimonial	20.300	8.599	3.371	3.371

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2020	2019 (reapresentado)
Prêmios emitidos	25c	821.877	869.062
(-) Variações das províções técnicas de prêmios	25b	17	(10.643)
(=) Prêmios ganhos	25a	821.894	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de Reais)

demonstramos resumo dos saldos originalmente apresentados e que estão reapresentados, para a correta comparabilidade às demonstrações financeiras:

	Reclas- 01/01/2019	Reclas- 01/01/2019
	Nota 01/01/2019	sificações (Reapresentado)
Ativo	918.203	(107.208)
Circulante	743.004	(107.171)
Aplicações	6	631.883
Outros - créditos operacionais	3.299	(37)
Outros - ativo circulante	171.990	171.990
Ativo não circulante	354.326	354.326
Total do ativo	1.272.619	(107.208)
		1.165.411

	Reclas- 01/01/2019	Reclas- 01/01/2019
	Nota 01/01/2019	sificações (Reapresentado)
Passivo	552.994	(97.548)
Circulante	511.999	(97.548)
Débitos de operações com seguros e resseguros	44.351	(36)
Outros débitos operacionais	2.493	(36)
Outros - débitos de operações com seguros e resseguros	41.858	41.858
Provisões técnicas - seguros	19	453.428
Danos	97.605	(97.509)
Outros - provisões técnicas - seguros	355.823	355.823
Outros - passivo circulante	55.215	55.215
Passivo não circulante	281.496	(9.663)
Provisões técnicas - seguros	19	252.983
Danos	9.663	(9.663)
Outros - provisões técnicas - seguros	243.322	243.322
Outros - passivo não circulante	28.511	28.511
Patrimônio líquido	24	438.129
Total do passivo e patrimônio líquido	1.272.619	(107.208)

	Reclas- 31/12/2019	Reclas- 31/12/2019
	Nota 31/12/2019	sificações (Reapresentado)
Ativo	1.045.653	(110.863)
Circulante	6	934.790
Aplicações	6	103.645
Outros - créditos operacionais	7.061	(479)
Outros - ativo circulante	206.943	206.943
Ativo não circulante	327.374	327.374
Total do ativo	1.373.027	(110.863)
		1.262.164

	Reclas- 31/12/2019	Reclas- 31/12/2019
	Nota 31/12/2019	sificações (Reapresentado)
Passivo	582.275	(101.686)
Circulante	50.725	(653)
Débitos de operações com seguros e resseguros	4	480.571
Outros débitos operacionais	6.000	(653)
Outros - débitos de operações com seguros e resseguros	43.725	43.725
Provisões técnicas - seguros	19	430.006
Danos	101.102	(101.033)
Outros - provisões técnicas - seguros	328.904	328.904
Outros - passivo circulante	101.525	101.525
Passivo não circulante	299.221	(9.177)
Provisões técnicas - seguros	19	274.480
Danos	9.177	(9.177)
Outros - provisões técnicas - seguros	265.303	265.303
Outros - passivo não circulante	24	274.480
Patrimônio líquido	24	491.549
Total do passivo e patrimônio líquido	1.373.027	(110.863)

	Reclas- 2019	Reclas- 2019
	Nota 2019	sificações (Reapresentado)
Demonstrações de resultado	25b	882.270
Prêmios emitidos	(13.208)	869.062
(-) Variações das provisões técnicas de prêmios	(11.507)	864
(+) Prêmios ganhos	25a	870.763
(+) Receita com emissão de apólices	3.617	(3.617)
(-) Sinistros ocorridos	25c	(510.512)
(-) Despesas administrativas	25d	(162.021)
(+)/- Outras receitas e despesas operacionais	25e	1.244
(+/-) Resultado com operações de resseguros	25f	(3.174)
(-) Despesas administrativas	25g	(118.865)
(-) Despesas com tributos	25h	(18.311)
(+/-) Resultado financeiro	25i	35.785
(+) Receitas financeiras	62.937	(7.583)
(-) Despesas financeiras	(27.152)	7.590
(+) Resultado patrimonial	35	(16)
(+) Resultado operacional	25j	105.559
(+/-) Ganhos ou perdas com ativos e participações	8	105.574
(-) Resultado antes dos impostos e correções	105.574	105.574
Outros - resultado de impostos e participações	(42.372)	(42.372)
(-) Lucro líquido do exercício	63.202	63.202

Não há nenhum impacto nas atividades operacionais, de investimento e de financiamentos nos fluxos de caixa para os períodos apresentados.

c) Continuidade: A Administração considera que a Seguradora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

d) Base para mensuração e moeda funcional: As demonstrações financeiras são apresentadas em reais. Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios futuros e/ou algumas serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP. **CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9):** Em vigor pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis desde 1º de janeiro de 2018, apresenta novos modelos para classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A Seguradora optou por aplicar a isenção temporária do CPC 48 e continuará a aplicar o CPC 38 (IAS 39) até a data efetiva do CPC 50 - Contratos de Seguros (IFRS 17). **CPC 06 - Operações de arrendamento mercantil (R2) (IFRS 16):** Em vigor pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis desde 1º de janeiro de 2019, estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes e comparáveis. Essas informações fornecem uma base para as análises das demonstrações financeiras e avaliam o efeito das entidades em termos de ativos financeiros e passivos financeiros, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Seguradora. A Seguradora está iniciando o trabalho de avaliação e espera impactos relevantes em suas demonstrações financeiras, que até o momento não podem ser dimensionados. O CPC 50 passará a vigorar em 1º de janeiro de 2023. **Prêmio de Reintegração:** De acordo com o Manual de Práticas e Procedimentos Contábeis do Mercado Segurador, elaborado pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, vigente a partir de janeiro de 2020, houve a alteração do fato gerador do registro contábil do prêmio de reintegração passando do momento da liquidação para o momento do aviso de sinistro e sua vigência se dará em 1º de janeiro de 2021. A Administração avaliou e entende não ser relevante o impacto às demonstrações contábeis.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados.

a) Aplicações e instrumentos financeiros: A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia de caixa e do ativo de aquisição. A Seguradora classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: *i. Caixa e equivalente de caixa:* Incluem caixa, saldos em conta movimento sem vencimento, aplicações financeiras intermediárias resgatáveis no prazo de noventa dias e com risco insignificante de mudança de seu valor justo e que não estejam vinculados com garantias de provisões técnicas. Os valores são avaliados pelo custo de aquisição e o reconhecimento de créditos de curto prazo. *ii. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:* Um ativo financeiro é classificado por valor justo por meio do resultado caso seja designado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações ativas e frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente no resultado do período. *iii. Ativos financeiros disponíveis para venda:* Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários). Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é considerado para o resultado. *iv. Ativos financeiros mantidos até o vencimento:* São classificados nessa categoria os investimentos que tenham uma capacidade de manter o valor até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado. *v. Determinação do valor justo:* Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na nota explicativa nº 6c. *vi. Empréstimos e recebíveis:* Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Seguradora compreendem os valores registrados nas rubricas "Crédito das operações com seguros e resseguros", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos" que são contabilizados pelo custo amortizado deduzidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. **b) Redução ao valor recuperável:** *i. Ativos financeiros:* Um ativo tem perda por redução ao valor recuperável quando a evidência objetiva indica que o valor de recuperação do ativo excede o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor não esteja em processo de falência, recuperação judicial ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. Um evento não reconhecido no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando as perdas subsequentes indicam a redução da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, líquido de qualquer redução por perda de valor recuperável. A redução ao valor recuperável ocorre imediatamente após a depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado, conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear considerando as taxas divulgadas na nota explicativa nº 12. *ii. Intangível:* Compreende, basicamente, os gastos com projetos relacionados ao desenvolvimento de sistemas, quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de softwares são reconhecidas no resultado no período quando incorridas. A amortização do ativo intangível é calculada pelo método linear considerando as taxas divulgadas na nota explicativa nº 13. *iii. Contratos de seguro:* A Seguradora classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro, assim definido quando pode ser observada a possibilidade de pagar benefícios adicionais ao segurado na ocorrência de um evento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa e significativa. *g) Mensuração dos contratos de seguros:* Os prêmios de seguros e os custos de aquisição são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou apólices, ou pelo início da vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e futuros, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios ganhos e dos custos de aquisição diferidos. As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição diferidos, relativo aos riscos vigentes sem emissão das respectivas apólices, são

reconhecidas ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimativas. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados como despesas financeiras em base "pro rata-die" ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios. **h) Resseguro:** Resseguro é a operação pela qual a Seguradora transfere parte do risco de sinistro para outra seguradora. O resseguro é considerado uma operação de Seguradora objetiva mitigar suas responsabilidades na aceitação de um risco considerado excessivo ou perigoso e cede a um ressegurador uma parte da responsabilidade e do prêmio recebido. Tecnicamente, o resseguro é um contrato que visa equalizar e dar solvência aos seguradores por meio da diluição dos riscos, garantindo assim o pagamento das indenizações aos segurados. Os prêmios de resseguros relativos aos contratos da modalidade "proporcional" são registrados ao resultado simultaneamente aos respectivos prêmios de seguros, sendo as correspondentes despesas de resseguro diferidas apropriadas ao resultado de acordo com a vigência das apólices de seguros. Os prêmios relativos aos contratos da modalidade "não-proporcional" são registrados ao resultado no início de vigência do risco coberto, sendo as correspondentes despesas de resseguro diferidas apropriadas ao resultado de acordo com a vigência do contrato de resseguro, sendo as correspondentes despesas de resseguro diferidas apropriadas ao resultado de acordo com a vigência do contrato de resseguro, sendo as correspondentes despesas de resseguro diferidas apropriadas ao resultado de acordo com a vigência do contrato de resseguro. As baixas das operações de resseguro mantidas com os resseguradores, são contabilizadas em uma conta de balanço de pagamentos com o ressegurador. Os prêmios relativos ao caso e caso nos contratos facultativos e nos contratos automáticos da modalidade "não proporcional". Os valores a receber, relacionados com a operação de resseguro, incluem saldos a receber de resseguradores relacionados com valores a serem recuperados. No caso dos contratos de resseguros, e as parcelas do ressegurador nas provisões técnicas constituídas. No caso de serem identificados indícios de que os valores não foram realizados pelos montantes registrados, estes ativos são ajustados ao seu valor recuperável levando-se em consideração o descrito na nota explicativa nº 3b. *ii. Os valores a pagar aos resseguradores são calculados de acordo com as disposições contratuais previamente definidas. i) Custos de aquisição diferidos:* É composto substancialmente por valores referentes às comissões e os ganhos estatísticos relativos à comercialização de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada pelo método "pro rata-die" tomando-se como base as datas de início e fim de vigência do risco segurado, com prazo médio de 12 meses. *ii. Provisões técnicas:* A Seguradora mantém provisões técnicas para garantir a plena e adequada conformância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. A Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG é constituída pela parcela do prêmio comercial, calculada pelo método "pro rata-die" tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. A Provisão de Prêmios não Ganhos dos Riscos Vigentes mas não Emitidas - PPNVG é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista mas não técnica atuarial, envolvendo a construção de triangulos de dados que consideram o intervalo entre a data de ocorrência e a data de ocorrência de sinistros. A Provisão de Despesas Relacionadas - PDR é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros contemplando as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro e também despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada. É calculada com base em experiência histórica de gastos e metodologia prevista em nota técnica atuarial, considerando o método de desenvolvimento das despesas pagas, partindo do pressuposto de que os pagamentos referentes a despesas ocorridas em um dado período, se desenvolverão de forma similar àquela observada em períodos de ocorrências anteriores. A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas não Avisados - IBNR representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data de cálculo da estimativa. É calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triangulos de 48 trimestres que consideram o intervalo entre a data de ocorrência e aviso do sinistro. **k) Teste de Adequação dos Passivos - TAP:** A Seguradora elabora o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 - Contratos de Seguro, a Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações e Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações a cada data de balanço e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguros decorrentes de operações de seguro, incluindo a Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG, a Provisão de Prêmios não Ganhos dos Riscos Vigentes mas não Emitidas - PPNVG, a Provisão de Prêmios não Ganhos dos Riscos Vigentes mas não Avisados - IBNR e a Provisão de Sinistros Ocorridos, mas não Avisados - IBNR representando o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data de cálculo da estimativa. É calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triangulos de 48 trimestres que consideram o intervalo entre a data de ocorrência e aviso do sinistro. **k) Teste de Adequação dos Passivos - TAP:** A Seguradora elabora o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 - Contratos de Seguro, a Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações e Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações a cada data de balanço e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguros decorrentes de operações de seguro, incluindo a Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG, a Provisão de Prêmios não Ganhos dos Riscos Vigentes mas não Emitidas - PPNVG, a Provisão de Prêmios não Ganhos dos Riscos Vigentes mas não Avisados - IBNR e a Provisão de Sinistros Ocorridos, mas não Avisados - IBNR representando o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data de cálculo da estimativa. É calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triangulos de 48 trimestres que consideram o intervalo entre a data de ocorrência e aviso do sinistro. **k) Teste de Adequação dos Passivos - TAP:** A Seguradora elabora o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 - Contratos de Seguro, a Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações e Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações a cada data de balanço e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguros decorrentes de operações de seguro, incluindo a Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG, a Provisão de Prêmios não Ganhos dos Riscos Vigentes mas não Emitidas - PPNVG, a Provisão de Prêmios não Ganhos dos Riscos Vigentes mas não Avisados - IBNR e a Provisão de Sinistros Ocorridos, mas não Avisados - IBNR representando o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data de cálculo da estimativa. É calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triangulos de 48 trimestres que consideram o intervalo entre a data de ocorrência e aviso do sinistro. **k) Teste de Adequação dos Passivos - TAP:** A Seguradora elabora o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 - Contratos de Seguro, a Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações e Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações a cada data de balanço e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguros decorrentes de operações de seguro, incluindo a Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG, a Provisão de Prêmios não Ganhos dos Riscos Vigentes mas não Emitidas - PPNVG, a Provisão de Prêmios não Ganhos dos Riscos Vigentes mas não Avisados - IBNR e a Provisão de Sinistros Ocorridos, mas não Avisados - IBNR representando o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data de cálculo da estimativa. É calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triangulos de 48 trimestres que consideram o intervalo entre a data de ocorrência e aviso do sinistro. **k) Teste de Adequação dos Passivos - TAP:** A Seguradora elabora o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 - Contratos de Seguro, a Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações e Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações a cada data de balanço e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguros decorrentes de operações de seguro, incluindo a Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG, a Provisão de Prêmios não Ganhos dos Riscos Vigentes mas não Emitidas - PPNVG, a Provisão de Prêmios não Ganhos dos Riscos Vigentes mas não Avisados - IBNR e a Provisão de Sinistros Ocorridos, mas não Avisados - IBNR representando o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data de cálculo da estimativa. É calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triangulos de 48 trimestres que consideram o intervalo entre a data de ocorrência e aviso do sinistro. **k) Teste de Adequação dos Passivos - TAP:** A Seguradora elabora o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 - Contratos de Seguro, a Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações e Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações a cada data de balanço e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguros decorrentes de operações de seguro, incluindo a Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG, a Provisão de Prêmios não Ganhos dos Riscos Vigentes mas não Emitidas - PPNVG, a Provisão de Prêmios não Ganhos dos Riscos Vigentes mas não Avisados - IBNR e a Provisão de Sinistros Ocorridos, mas não Avisados - IBNR representando o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data de cálculo da estimativa. É calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triangulos de 48 trimestres que consideram o intervalo entre a data de ocorrência e aviso do sinistro. **k) Teste de Adequação dos Passivos - TAP:** A Seguradora elabora o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 - Contratos de Seguro, a Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações e Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações a cada data de balanço e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguros decorrentes de operações de seguro, incluindo a Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG, a Provisão de Prêmios não Ganhos dos Riscos Vigentes mas não Emitidas - PPNVG, a Provisão de Prêmios não Ganhos dos Riscos Vigentes mas não Avisados - IBNR e a Provisão de Sinistros Ocorridos, mas não Avisados - IBNR representando o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data de cálculo da estimativa. É calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triangulos de 48 trimestres que consideram o intervalo entre a data de ocorrência e aviso do sinistro. **k) Teste de Adequação dos Passivos - TAP:** A Seguradora elabora o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 - Contratos de Seguro, a Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações e Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações a cada data de balanço e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguros decorrentes de operações de seguro, incluindo a Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG, a Provisão de Prêmios não Ganhos dos Riscos Vigentes mas não Emitidas - PPNVG, a Provisão de Prêmios não Ganhos dos Riscos Vigentes mas não Avisados - IBNR e a Provisão de Sinistros Ocorridos, mas não Avisados - IBNR representando o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data de cálculo da estimativa. É calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triangulos de 48 trimestres que consideram o intervalo entre a data de ocorrência e aviso do sinistro. **k) Teste de Adequação dos Passivos - TAP:** A Seguradora elabora o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 - Contratos de Seguro, a Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações e Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações a cada data de balanço e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguros decorrentes de operações de seguro, incluindo a Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG, a Provisão de Prêmios não Ganhos dos Riscos Vigentes mas não Emitidas - PPNVG, a Provisão de Prêmios não Ganhos dos Riscos Vigentes mas não Avisados - IBNR e a Provisão de Sinistros Ocorridos, mas não Avisados - IBNR representando o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data de cálculo da estimativa. É calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triangulos de 48 trimestres que consideram o intervalo entre a data de ocorrência e aviso do sinistro. **k) Teste de Adequação dos Passivos - TAP:** A Seguradora elabora o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 - Contratos de Seguro, a Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações e Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações a cada data de balanço e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguros decorrentes de operações de seguro, incluindo a Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG, a Provisão de Prêmios não Ganhos dos Riscos Vigentes mas não Emitidas - PPNVG, a Provisão de Prêmios não Ganhos dos Riscos Vigentes mas não Avisados - IBNR e a Provisão de Sinistros Ocorridos, mas não Avisados - IBNR representando o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data de cálculo da estimativa. É calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triangulos de 48 trimestres que consideram o intervalo entre a data de ocorrência e aviso do sinistro. **k) Teste de Adequação dos Passivos - TAP:** A Seguradora elabora o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 - Contratos de Seguro, a Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações e Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações a cada data de balanço e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguros decorrentes de operações de seguro, incluindo a Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG, a Provisão de Prêmios não Ganhos dos Riscos Vigentes mas não Emitidas - PPNVG, a Provisão de Prêmios não Ganhos dos Riscos Vigentes mas não Avisados - IBNR e a Provisão de Sinistros Ocorridos, mas não Avisados - IBNR representando o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data de cálculo da estimativa. É calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triangulos de 48 trimestres que consideram o intervalo entre a data de ocorrência e aviso do sinistro. **k) Teste de Adequação dos Passivos - TAP:** A Seguradora elabora o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 - Contratos de Seguro, a Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações e Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações a cada data de balanço e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguros decorrentes de operações de seguro, incluindo a Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG, a Provisão de Prêmios não Ganhos dos Riscos Vigentes mas não Emitidas - PPNVG, a Provisão de Prêmios não Ganhos dos Riscos Vigentes mas não Avisados - IBNR e a Provisão de Sinistros Ocorridos, mas não Avisados - IBNR representando o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data de cálculo da estimativa. É calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triangulos de 48 trimestres que consideram o intervalo entre a data de ocorrência e aviso do sinistro. **k) Teste de Adequação dos Passivos - TAP:** A Seguradora elabora o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 - Contratos de Seguro, a Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações e Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações a cada data de balanço e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguros decorrentes de operações de seguro, incluindo a Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG, a Provisão de Prêmios não Ganhos dos Riscos Vigentes mas não Emitidas - PPNVG, a Provisão de Prêmios não Ganhos dos Riscos Vigentes mas não Avisados - IBNR e a Provisão de Sinistros Ocorridos, mas não Avisados - IBNR representando o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data de cálculo da estimativa. É calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triangulos de 48 trimestres que consideram o intervalo entre a data de ocorrência e aviso do sinistro. **k) Teste de Adequação dos Passivos - TAP:** A Seguradora elabora o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 - Contratos de Seguro, a Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações e Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações a cada data de balanço e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguros decorrentes de operações de seguro, incluindo a Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG, a Provisão de Prêmios não Ganhos dos Riscos Vigentes mas não Emitidas - PPNVG, a Provisão de Prêmios não Ganhos dos Riscos Vigentes mas não Avisados - IBNR e a Provisão de Sinistros Ocorridos, mas não Avisados - IBNR representando o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data de cálculo da estimativa. É calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triangulos de 48 trimestres que consideram o intervalo entre a data de ocorrência e aviso do sinistro. **k) Teste de Adequação dos Passivos - TAP:** A Seguradora elabora o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 - Contratos de Seguro, a Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações e Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações a cada data de balanço e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguros decorrentes de operações de seguro, incluindo a Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG, a Provisão de Prêmios não Ganhos dos Riscos Vigentes mas não Emitidas - PPNVG, a Provisão de Prêmios não Ganhos dos Riscos Vigentes mas não Avisados - IBNR e a Provisão de Sinistros Ocorridos, mas não Avisados - IBNR representando o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data de cálculo da estimativa. É calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triangulos de 48 trimestres que consideram o intervalo entre a data de ocorrência e aviso do sinistro. **k) Teste de Adequação dos Passivos - TAP:** A Seguradora elabora o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 - Contratos de Seguro, a Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações e Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações a cada data de balanço e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguros decorrentes de operações de seguro, incluindo a Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG, a Provisão de Prêmios não Ganhos dos Riscos Vigentes mas não Emitidas - PPNVG, a Provisão de Prêmios não Ganhos dos Riscos Vigentes mas não Avisados - IBNR e a Provisão de Sinistros Ocorridos, mas não Avisados - IBNR representando o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data de cálculo da estimativa. É calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triangulos de 48 trimestres que consideram o intervalo entre a data de ocorrência e aviso do sinistro. **k) Teste de Adequação dos Passivos - TAP:** A Seguradora elabora o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 - Contratos de Seguro, a Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações e Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações a cada data de balanço e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguros decorrentes de operações de seguro, incluindo a Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG, a Provisão de Prêmios não Ganhos dos Riscos Vigentes mas não Emitidas - PPNVG, a Provisão de Prêmios não Ganhos dos Riscos Vigentes mas não Avisados - IBNR e a Provisão de Sinistros Ocorridos, mas não Avisados - IBNR representando o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data de cálculo da estimativa. É calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triangulos de 48 trimestres que consideram o intervalo entre a data de ocorrência e aviso do sinistro. **k) Teste de Adequação dos Passivos - TAP:** A Seguradora elabora o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 - Contratos de Seguro, a Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações e Circular SUSE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de Reais)

admissibilidade. Conta com suspensão de exigibilidade, deferida em tutela. O valor total das receitas financeiras do período se encontra no quadro abaixo - itens I e II. Para os períodos não relacionados, os tributos foram recolhidos.

Nota	Tese	Período	Probabilidade	Provisão		Depósito		Valor do risco	
				2020	2019	2020	2019	2020	2019
(I)	COFINS Receita financeira Lei nº 12.973/2014	01/2015 a 12/2020	Possível	-	-	-	-	22.483	20.372
(II)	PIS Receita Financeira Lei nº 12.973/2014	a 12/2020	Possível	-	-	-	-	3.653	3.310
Total risco possível				-	-	-	-	26.136	22.682

Nota	Tese	Período	Probabilidade	Provisão		Depósito		Valor do risco	
				2020	2019	2020	2019	2020	2019
(1)	PIS/COFINS Multa	a 10/2013	Possível	-	-	2.025	1.987	2.025	1.987
(2)	INSS Refis	-	Possível	-	-	669	647	669	647
(3)	PIS/COFINS sobre juros	2016	Possível	-	-	-	61	-	-
Total risco possível				-	-	2.694	2.634	2.755	2.634

Nota (1) PIS/COFINS Multa - Discute diferença de recolhimento imposta por cálculo de multa de mora sobre recolhimento efetuado sob alcance de liminares que suspendiam a exigibilidade de PIS/COFINS. Decisão de primeira instância favorável. Aguarda julgamento de Apelação da União.

Nota (2) INSS Refis - Discute débitos recolhidos no parcelamento previsto na Lei nº 11.941/2009, exigidos em decorrência de erro no preenchimento de obrigações acessórias. Decisão de primeira instância parcialmente favorável. Aguarda prazo recursal e/ou trânsito em julgado. **Nota (3) PIS/COFINS sobre juros** - Discute exigência de PIS/COFINS sobre receitas financeiras decorrentes de adicionais de cobrança/juros na esfera administrativa. Aguarda julgamento.

c) Movimentação

	2020			2019		
	Trabalhistas	Cíveis	Total	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial	3.475	21.266	24.741	2.855	25.656	28.511
Constituições/Reversões	537	(6.761)	(6.224)	1.058	(3.850)	(2.792)
Pagamentos	(446)	(3.295)	(3.741)	(724)	(3.357)	(4.081)
Atualização monetária	419	2.209	2.628	286	2.817	3.103
Saldo final	3.985	13.419	17.404	3.475	21.266	24.741

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 415.166 (R\$ 415.166 em 31 de dezembro de 2019), e está representado por 38.245.074 ações ordinárias, sem valor nominal (38.245.074 ações em 31 de dezembro de 2019). **b) Reserva legal:** Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para o aumento de capital social. **c) Reserva de investimentos:** Criada com objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Seguradora, entre outros. Será constituída por parcela do lucro líquido remanescente após as deduções estabelecidas no estatuto social, por proposta aos acionistas em Assembleia Geral. **d) Ajuste de títulos e valores mobiliários:** Compreende o ajuste a valor justo dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda, líquido dos efeitos tributários. **e) Dividendos:** Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A parcela dos dividendos que excede o mínimo obrigatório só é deduzida do patrimônio líquido quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas.

	2020
Lucro líquido do exercício	30.265
Constituição da reserva legal (5%)	(1.513)
Lucro líquido ajustado	28.752
Dividendos mínimos obrigatórios	7.188
Dividendos pagos relativos ao lucro do exercício	-
Dividendos pagos relativos a lucros de anos anteriores	-
Total de dividendos distribuídos	7.188
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado	25%
Quantidade de ações:	
Ações ordinárias	38.245.074
Dividendos distribuídos por ação:	
Ações ordinárias	0,19

25. DETALHAMENTO DE CONTAS DAS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Ramos de atuação	Prêmios ganhos		Sinistralidade		Comercialização	
	2020 (Reapresentado)	2019	2020 (Reapresentado)	2019	2020 (Reapresentado)	2019
Vida em grupo	660.868	687.669	78,43%	66,75%	18,46%	20,23%
Pessoas individual	86.946	87.310	(10,99%)	21,80%	0,06%	0,72%
Demais ramos	74.080	83.440	64,02%	30,44%	24,37%	26,72%
Total	821.894	858.419	50,16%	58,65%	17,05%	18,87%

b) Prêmios emitidos	2020		2019		
	Prêmios diretos e aceitos	1.041.964	1.099.711	1.083.818	1.140.388
Prêmios emitidos	1.083.818	1.140.388	Prêmios cancelados	(41.854)	(40.677)
Prêmios de seguros cedidos	(220.087)	(230.649)	c) Variação das provisões técnicas	17	(10.643)
Provisão de prêmio não ganhos PPNG+RVNE	4.300	(4.307)	Provisão de prêmio não ganhos PPNG+RVNE	(4.283)	(6.336)
Provisão de excedente técnico - PET	4.300	(4.307)	d) Sinistros ocorridos	(527.318)	(500.971)
d) Sinistros ocorridos	(527.318)	(500.971)	Sinistros	(529.903)	(421.077)
Sinistros	(529.903)	(421.077)	Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	(29.242)	(6.974)
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	(29.242)	(6.974)	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	50.686	(50.549)
Provisão de despesas relacionadas - PDR	(5.877)	(7.690)	Provisão de despesas relacionadas - PDR	(6.526)	(9.169)
Serviço de assistência	(6.526)	(9.169)	Ressarcimentos	144	185
Ressarcimentos	144	185	Outras despesas com sinistros	(6.600)	(5.697)
Outras despesas com sinistros	(6.600)	(5.697)	e) Custo de aquisição	(140.120)	(162.021)
e) Custo de aquisição	(140.120)	(162.021)	Comissões	(97.267)	(106.461)
Comissões	(97.267)	(106.461)	Recuperação de comissões	17.883	18.145
Recuperação de comissões	17.883	18.145	Outros custos de aquisição	(60.672)	(74.476)
Outros custos de aquisição	(60.672)	(74.476)	Variação dos custos de aquisição diferidos	(64)	771
Variação dos custos de aquisição diferidos	(64)	771	f) Outras receitas e despesas operacionais	(22.281)	3.880
f) Outras receitas e despesas operacionais	(22.281)	3.880	Apólices e contratos	(12.342)	(8.897)
Apólices e contratos	(12.342)	(8.897)	Despesas com cobrança	(4.113)	(4.432)
Despesas com cobrança	(4.113)	(4.432)	Despesas com títulos de capitalização	(3.150)	(3.614)
Despesas com títulos de capitalização	(3.150)	(3.614)	Contingências cíveis	6.761	3.850
Contingências cíveis	6.761	3.850	Endomarketing	(2.075)	(1.386)
Endomarketing	(2.075)	(1.386)	Redução ao valor recuperável	(9.177)	14.632
Redução ao valor recuperável	(9.177)	14.632	Operações com DPVAT	1.703	2.636
Operações com DPVAT	1.703	2.636	Outras despesas	112	1.091
Outras despesas	112	1.091	g) Resultado com operações de resseguro	(543)	(3.174)
g) Resultado com operações de resseguro	(543)	(3.174)	Receitas com resseguro	9.903	10.062
Receitas com resseguro	9.903	10.062	Provisão de sinistros a liquidar - PSL	10.327	9.959
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	10.327	9.959	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	-	(294)
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	-	(294)	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	(405)	325
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	(405)	325	Provisão de despesas relacionadas - PDR	(19)	72
Provisão de despesas relacionadas - PDR	(19)	72	Despesas com resseguro	(10.446)	(13.236)
Despesas com resseguro	(10.446)	(13.236)	Prêmio de resseguro	(9.524)	(11.542)
Prêmio de resseguro	(9.524)	(11.542)	Prêmio de resseguro - reintegração	(734)	(188)
Prêmio de resseguro - reintegração	(734)	(188)	Outros resultados com resseguro	(18)	(1.633)
Outros resultados com resseguro	(18)	(1.633)			

h) Despesas administrativas

	2020	2019
Pessoal próprio	(57.201)	(47.737)
Serviços de terceiros	(31.786)	(34.252)
Localização e funcionamento	(14.295)	(15.346)
Publicidade e propaganda	(2.697)	(3.012)
Outras despesas administrativas	(4.501)	(7.812)
i) Despesas com tributos	(21.309)	(18.311)
COFINS	(10.219)	(14.127)
COFINS - Crédito tributário	(6.799)	(409)
PIS	(1.665)	(2.301)
PIS - Crédito tributário	(1.105)	(66)
Taxa de fiscalização	(1.275)	(1.278)
Outras despesas com tributos	(246)	(130)
j) Resultado financeiro	51.252	35.792
Receitas financeiras	57.088	55.354
Juros sobre ativos financeiros destinados a valor justo por meio do resultado	12.309	37.306
Juros sobre ativos financeiros disponíveis para venda	23.459	12.793
Rendimento com equivalente de caixa	24	31
Oscilação cambial	530	13
Atualização monetária dos créditos tributários	3.988	47
Atualização monetária dos depósitos judiciais	12.080	112
Outras receitas financeiras	4.698	5.052
Despesas financeiras	(5.836)	(19.562)
Atualização monetária sobre provisões de sinistro a liquidar	(271)	(14.150)
Atualização monetária sobre provisões judiciais	(2.628)	(3.103)
Taxa de administração	(609)	(950)
Despesas financeiras de juros	(2.328)	(1.359)

k) Determinação se um contrato contém um arrendamento

O GRUPO MAPFRE por meio das suas entidades legais MAPFRE Vida S.A. e MAPFRE Seguros Gerais S.A.) mantem firmados Instrumentos Particulares de Contratos de Locação Atípica de Imóveis não Residenciais e Outras Avenças, as locações de: • Edifício Torre Alfa: 14 pavimentos e mezanino da ALA A, o qual passou a ser a partir do exercício de 2016 a Sede do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE. O contrato de aluguel foi estabelecido por um prazo de 19 anos a partir da data do início do prazo locatício que se deu em agosto de 2015, sendo seu aluguel inicial de R\$ 32.372 anual, corrigido da data do contrato até início do prazo locatício pela variação acumulada do INCC-MFVG, e posteriormente pela variação acumulada do IGP-MFVG. Tendo em vista a consumação da reestruturação da parceria, celebrada em 26 de junho de 2018 entre BB Seguros S.A., Banco do Brasil S.A. e GRUPO MAPFRE, o contrato de locação atípica inicial foi segregado ficando o GRUPO MAPFRE com 40,03% da área locada e por consequência as obrigações com a remuneração da locatária. • Call Center localizado na cidade de São Carlos: O contrato de aluguel foi estabelecido por um prazo de 10 anos a partir da data do início do prazo locatício que se deu em dezembro de 2011, sendo seu aluguel inicial de R\$ 250 mensais, corrigido pela variação acumulada do IPCA. Tendo em vista a consumação da reestruturação da parceria, celebrada em 26 de junho de 2018 entre BB Seguros S.A., Banco do Brasil S.A. e GRUPO MAPFRE, fica o contrato de aluguel destinado exclusivamente para centralizar as operações de atendimentos do GRUPO MAPFRE. O GRUPO MAPFRE avaliou os preceitos do CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil e concluiu que os arrendamentos são operacionais. Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos e seus respectivos valores presentes, bem como as despesas incorridas durante o exercício foram atualizados pelo IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, conforme demonstrados a seguir:

Arrendamento	Pagamentos		Pagamentos de		Pagamentos		Total de arren-	
	até 1 ano		1 a 5 anos		acima de 5 anos		pagamentos	
	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	damento
Edifício Torre Alfa	2.140	2.143	6.857	12.074	8.087	21.421	17.085	35.638
Call Center - São Carlos	310	459	466	726	-	-	776	1.186
Total	2.450	2.603	7.323	12.800	8.087	21.421	17.861	36.824

Arrendamento	Pagamentos		Pagamentos de		Pagamentos		Total de arren-	
	até 1 ano		1 a 5 anos		acima de 5 anos		pagamentos	
	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	damento
Edifício Torre Alfa	22.431	22.468	71.879	126.559	84.774	224.535	179.083	373.562
Call Center - São Carlos	3.254	4.816	4.880	7.613	-	-	8.134	12.430
Total	25.685	27.284	76.759	134.172	84.774	224.535	187.217	385.992

26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Despesas de imposto de renda e contribuição social	2020		2019	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes dos impostos e após participações	49.997	49.997	104.462	104.462
Imposto de renda e contribuição social				
às alíquotas vigentes	(12.475)	(7.500)	(26.092)	(15.669)
Diferenças temporárias	(328)	(197)	4.135	2.481
Diferenças permanentes	(127)	(67)	(302)	(181)
Prejuízo fiscal e base negativa	3.887	2.329	6.685	4.011
Deduções incentivadas	547	-	983	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	(8.496)	(5.435)	(14.919)	(9.358)
Constituição de crédito tributário	(3.558)	(2.132)	(10.819)	(6.492)
Ajuste de exercícios anteriores	(79)	(56)	-	-
Ajuste relativos ao exercício corrente	14	10	-	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(12.119)	(7.613)	(25.410)	(15.850)
Alíquota efetiva (%)	24%	15%	24%	15%

b) Créditos tributários e previdenciários	2019		2020	
	Contribuições	Reversões	Contribuições	Reversões
Ativo	8.745	8.761	(7.278)	10.228
PIS/COFINS	17.404	-	(6.726)	10.678
Tributos retidos na fonte	1.775	714	(652)	1.837
Total circulante	27.924	9.475	(14.656)	22.743
Ativo e passivo não circulante				
Diferenças temporárias:				
Contingências tributárias	(372)	-	(22)	(394)
Provisão para riscos de crédito	6.685	39.942	(36.272)	10.355
Provisão para participação nos lucros	436	526	(498)	464
Contingências cíveis	8.507	354	(3.493)	5.368
Contingências trabalhistas	1.391	618	(415)	1.594
Outras provisões	16.328	-	(215)	16.113
Ajustes de títulos a valor justo TVM	(5.734)	-	(7.800)	(13.534)
Prejuízo fiscal e base negativa CSLL	124.852	8	(6.216)	118.644
PIS/COFINS s/ PSL/IBNR	12.174	1.686	(2.864)	10.996
Total ativo e passivo não circulante	164.267	43.134	(57.793)	149.606

Ativo	2018		Constituições		Reversões		2019	
	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019
Tributos a compensar	8.745	-	-	-	-	-	-	8.745
PIS/COFINS	19.002	1.955	(3.553)	17.404	-	-	-	17.404
Tributos retidos na fonte	1.048	801	(74)	1.775	-	-	-	1.775
Total circulante	28.795	2.756	<					

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório dos Atuais Independentes, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores, que entraram em vigor a partir da data de sua publicação e segundo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Pandemia do Coronavírus (Covid-19) e seus impactos
A pandemia de Covid-19 trouxe uma nova fonte de incertezas à atividade econômica global. É um momento de grave crise, sem precedentes nos últimos cem anos com consequências sociais e econômicas a pessoas e empresas.
Autoridades de todo o mundo têm tomado medidas restritivas para conter a transmissão da doença. Essas restrições acarretam impactos profundos na economia, uma vez que parte preponderante da atividade econômica pressupõe que as pessoas sejam ativas, socialmente e profissionalmente. Ainda que as incertezas em relação à duração das restrições dificultem a quantificação desses impactos, alguns indicadores de alerta nos setores de serviços e de consumo e enfraquecimento em bens de consumo e serviços. No Brasil, assim como em outros países do mundo, foram anunciadas medidas de estímulo à economia e ao crédito. Nessa linha, a MAPFRE estabeleceu um Comitê de Crises, que permitiu rapidamente a adoção de medidas para preservar a saúde e a integridade de seus públicos, seguindo estritamente as orientações e determinações das autoridades locais.

Estabelecemos pilares de atuação contra os impactos da Covid-19, que o GRUPO MAPFRE adotou:
a) Garantir o bem-estar de nossos colaboradores
I. Trabalho remoto às funções em que é possível fazê-lo;
II. Comunicação transparente por meio de e-mails, portal interno de colaboradores e vídeos semanais feitos pelo nossos CEOs e Diretores comunicando novidades referentes a Covid-19;
III. Plano de retomada de forma gradativa;
IV. Disponibilização de aplicativo para colaboradores, com monitoramento diário (verificador de sintomas, orientação médica on-line 24 horas, atendimento por vídeo chamada e informações sobre cuidado e prevenção do novo Coronavírus).
b) Buscar as melhores soluções para atender nossos clientes da melhor maneira possível
I. De serviços gratuitos de Orientação Médica por Telefone (OMT) aos segurados de vida e telemedicina no programa MAPFRE Cuidando de Você;
II. Inclusão da cobertura em caso de morte por infecção pela Covid-19 nas apólices de vida, habitacional e prestamista. Para o habitacional, é preciso que a cobertura por morte e invalidez permanente esteja contemplada na contratação da apólice;

III. Renovação do seguro auto, residencial e rural com as mesmas condições e preços de 2019;
IV. Ampliação de atividades profissionais cobertas no seguro residencial, beneficiando microempreendedores individuais que levaram seus negócios para casa. Com isso, as atividades amparadas pela cobertura "Pequeno Empreendedor", passaram de 13 para 24 categorias. O seguro residencial garante, ainda, a estes profissionais, assistência 24 horas e suporte complementar, como proteção digital e help desk;
V. Reforço das soluções digitais para a realização de procedimentos como vistoria e pericia de automóveis.
c) Manter o funcionamento normal das operações em condições normais
I. Reduzimos o tempo de pagamento às oficinas, além de pagamento adicional aos estabelecimentos com processo de higiene para prevenção do coronavírus;
II. Atualização do valor do bônus performance para as assistências 24 horas, um adicional acordado entre a MAPFRE e os prestadores que entregam serviços com qualidade acima dos parâmetros exigidos;
III. Oferta de treinamentos online à rede de prestadores em conjunto com o SEBRAE.

No campo social, por meio da Fundação MAPFRE, apoio a projetos que ajudaram a população no combate ao coronavírus, sobretudo, os grupos menos favorecidos. Doação de mais R\$ 16 milhões para apoio a iniciativas de instituições governamentais e entidades de saúde, tanto de prevenção da disseminação da pandemia, quanto no tratamento da infecção.

Rendas de Contribuições e Prêmios Emitidos
As receitas com rendas de contribuições e prêmios emitidos totalizaram no ano de 2020 R\$336,0 milhões, com redução de 11,4% ou R\$43,2 milhões em relação ao ano de 2019. Notou-se durante o período de isolamento social, devido a pandemia, uma redução em novas contratações de planos e nas contribuições recorrentes.

Sinistralidade
A sinistralidade da Companhia em 2020 foi de 27,3% com redução de 32,3 p.p. em relação a 2019.

Resultado Financeiro
O resultado financeiro totalizou no ano de 2020 R\$7,4 milhões, crescimento de 9,4% em relação a 2019, resultado oriundo da alta dos títulos indexados à inflação em 2020, especialmente IGP-M e IPCA relacionados aos Fundos de Previdência com esses perfis.

Despesas Administrativas e Despesas com Tributos
As despesas administrativas e as despesas com tributos totalizaram no ano de 2020, R\$21,2 milhões, representando uma redução de 27,3% ou R\$7,9 milhões.

Resultado do Exercício
O lucro líquido totalizou no ano de 2020 R\$6,8 milhões, com aumento de R\$2,9 milhões em relação a 2019 ou crescimento de 73,2%. O lucro por ação foi de R\$12,78 em 2020 e em 2019 R\$10,24.

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos
Os acionistas da MAPFRE Previdência S.A., em cada exercício, terão direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido.

O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, podendo ser designado

100% à Reserva de Lucros - Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Companhia, até atingir o limite do valor do capital social integralizado. A Diretoria está autorizada pelo Estatuto Social, a declarar e pagar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas existentes.

Declaração de Capacidade Financeira
Em atendimento à Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, a MAPFRE Previdência S.A. declara deter, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 1,8 milhão e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgate originais dos mesmos.

Controles Internos
A atuação de Controles Internos tem como principal objetivo apoiar todas as áreas internas, seja de suporte ao negócio ou operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro e sustentável. Periodicamente, a MAPFRE Previdência S.A. realiza testes de controles internos, que visam evitar autuações dos órgãos reguladores, dar confiabilidade às práticas adotadas, informando às áreas e aos Comitês os resultados obtidos. Os assuntos abordados nos testes são: acompanhamento de novas regulamentações, atendimentos à fiscalização, lavagem de dinheiro e prevenção à fraude, segurança física e lógica, plano de continuidade de negócios e atividade de mapeamento de processo.

Compliance
O GRUPO MAPFRE, com base na Lei nº 9.613/1998 e alterações e com o intuito de evitar a utilização de produtos ou processos para o crime de lavagem de dinheiro e assegurar a conformidade com a Circular SUSEP nº 445/2012, possui processos implementados para identificação, monitoramento e comunicação de operações suspeitas com indícios de lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e atos ilícitos. O GRUPO conta ainda com o Código de Ética, alinhado com os conceitos de Missão, Visão e Valores. Os canais de denúncia estão disponíveis aos funcionários e públicos externos, mantendo-se disponíveis para receber relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares.

Governança de Dados e Segurança da Informação
Reafirmando o compromisso pela disponibilidade, integridade e confidencialidade das informações organizacionais e dos clientes e diante dos desafios da era digital das informações, além de garantir a segurança dos dados, uma governança e gestão da informação mais robusta e fortalecida tem sido um dos focos de atuação do GRUPO MAPFRE, alinhada à nova Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709/18.

Agradecimentos
Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, corretores, parceiros e aos colaboradores pelo apoio e confiança depositados em nosso trabalho. O fortalecimento desse relacionamento é um dos objetivos que nos estimula a seguir em frente, em busca de novos desafios.
São Paulo, 24 de fevereiro de 2021.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

	Nota	2020	31/12/2019 (reapresentado)	01/01/2019 (reapresentado)
Ativo				
Circulante		2.713.190	2.725.691	3.043.613
Disponível	5	62	682	609
Caixa e bancos		62	682	609
Equivalente de caixa	5	384	792	
Aplicações	6	2.669.581	2.681.709	3.011.698
Créditos das operações com seguros e resseguros		224	-	818
Operações com resseguradoras		224	-	818
Créditos das operações com previdência complementar		474	495	945
Valores a receber		474	495	426
Operações com repasses		-	-	519
Outros créditos operacionais	7	13.267	5.049	2.373
Ativos de resseguro - provisões técnicas	8	5.904	2.558	2.759
Títulos e créditos a receber	9	4.681	14.400	7.745
Títulos e créditos a receber	9	805	4.631	3.618
Créditos tributários e previdenciários	22b	3.021	8.723	3.844
Outros créditos		655	1.050	733
Outros valores e bens	10	44	74	74
Outros valores		44	74	74
Despesas antecipadas		-	2	31
Custos de aquisição diferidos	10	18.803	19.956	16.561
Seguros		18.198	18.653	15.754
Previdência		605	1.303	807
Ativo não circulante		572.599	531.521	420.116
Realizável a longo prazo		572.304	531.277	419.313
Aplicações	6	504.074	459.649	356.612
Outros créditos operacionais	7	31.116	31.138	22.599
Outros créditos operacionais	7	31.116	31.138	22.599
Títulos e créditos a receber	8	685	2.468	1.306
Depósitos judiciais e fiscais		2.950	2.468	1.306
Custos de aquisição diferidos	10	33.479	37.337	38.796
Seguros		31.791	35.606	35.609
Previdência		1.688	1.831	3.187
Investimentos		264	208	229
Imobilizável		18	36	570
Intangível		13	-	4
Total do ativo		3.285.789	3.257.212	3.463.729

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	2020	31/12/2019 (reapresentado)	01/01/2019 (reapresentado)
Passivo				
Circulante		240.685	256.857	397.118
Contas a pagar		8.088	7.613	7.613
Obrigações a pagar	11	2.408	7.497	4.055
Impostos e encargos sociais a recolher		1.774	2.513	1.883
Encargos trabalhistas		1.908	542	1.512
Impostos e contribuições	12	1.998	166	163
Débitos de operações com seguros e resseguros		7.634	6.839	4.484
Operações com resseguradoras	8	5.770	5.092	3.852
Corretores de seguros e resseguros	13	1.864	1.747	603
Outros débitos operacionais		-	-	29
Débitos de operações com previdência complementar		4.808	4.118	6.572
Contribuições a restituir		499	203	462
Operações de repasses	14	4.309	3.915	4.422
Outros débitos operacionais		-	-	1.688
Provisões de terceiros	15	4.302	8.801	18.716
Provisões técnicas - seguros	16	119.468	111.894	149.346
Vida com cobertura por sobrevivência		119.468	111.894	149.346
Provisões técnicas - previdência complementar	16	96.385	114.487	210.387
Planos não bloqueados		14.003	15.268	22.949
PGBL		82.382	99.219	187.438
Passivo não circulante		2.878.699	2.887.817	2.958.003
Contas a pagar		5.212	-	315
Tributos diferidos	22b	5.212	-	315
Provisões técnicas - seguros	16	1.309.872	1.283.161	1.234.618
Vida com cobertura por sobrevivência		1.309.872	1.283.161	1.234.618
Provisões técnicas - previdência complementar	16	1.563.194	1.604.311	1.723.020
Planos não bloqueados		271.175	201.694	183.268
PGBL		1.292.019	1.402.617	1.539.752
Outros débitos		391	345	50
Provisões judiciais	19	391	345	50
Patrimônio líquido	20	166.435	112.538	108.608
Capital social		156.274	116.273	81.273
Aumento de capital (em aprovação)		-	-	35.000
Ajuste de avaliação patrimonial		7.818	-	-
Reservas de lucros		2.343	-	-
Prejuízo acumulado		-	(3.735)	(7.665)
Total do passivo e do patrimônio líquido		3.285.789	3.257.212	3.463.729

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

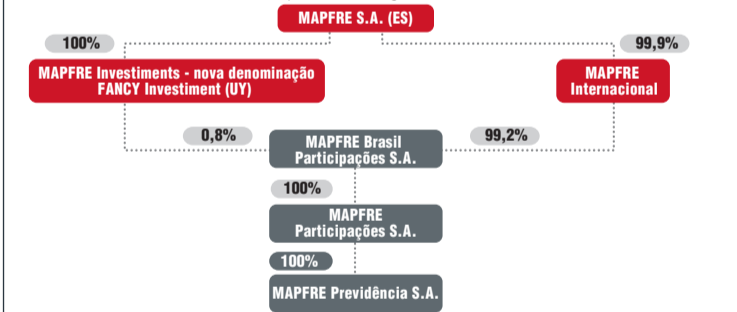
	Capital social	Aumento de capital (em aprovação)	Reserva legal	Reserva estatutária	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízo/Lucros acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2019	81.273	35.000	-	-	-	(7.665)	108.608
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	3.930	3.930
Aprovação aumento de capital - Portaria SUSEP nº 91 de 21 de maio de 2019	-	35.000	(35.000)	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	116.273	-	-	-	-	(3.735)	112.538
Títulos e valores mobiliários (nota explicativa nº 6g)	-	-	-	-	45.071	-	45.071
Outros ajustes de avaliação patrimonial (nota explicativa nº 6g)	-	-	-	-	(37.253)	-	(37.253)
Aprovação aumento de capital - Portaria SUSEP nº 550 de 28 de setembro de 2020	40.001	-	-	-	-	-	40.001
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	6.808	6.808
Reserva legal	-	-	154	-	-	(154)	-
Reserva estatutária	-	-	-	2.189	-	(2.189)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(730)	(730)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	156.274	-	154	2.189	7.818	-	166.435

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE Previdência S.A. (doravante denominada por "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar nas atividades de previdência complementar, renda e pecúlio, bem como de seguros do ramo vida com sobrevivência, em todo o território nacional. O endereço registrado da Companhia é Avenida das Nações Unidas, nº 11.711, 21º andar, Brooklin, São Paulo - SP, CEP 04578-000 e está cadastrada no CNPJ sob o nº 04.046.576/0001-40. A Companhia é integrante do GRUPO MAPFRE, conjunto de empresas e entidades que operam em seguros e atividades correlatas, bem como participação em diversas sociedades no Brasil e no exterior. Espanha. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do GRUPO MAPFRE, sendo os custos das estruturas operacionais e administrativas comuns absorvidos segundo critérios estabelecidos em acordo operacional existente entre as empresas do GRUPO MAPFRE. Em 31 de dezembro de 2020, o GRUPO apresentava a seguinte estrutura:



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação: Em consonância com a Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular, seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 24 de fevereiro de 2021. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **b) Comparabilidade:** Os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 1º de janeiro de 2019 (derivados das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018), as demonstrações do resultado e do fluxo de caixa do exercício de 2019, originalmente apresentados nas demonstrações financeiras dos exercícios anteriores, estão sendo reapresentados para fins de comparabilidade, em conformidade com os pronunciamentos técnicos CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, em decorrência da nova orientação SUSEP, a qual descrevem: (i) Anteriormente, a Circular SUSEP nº 517/2015 determinava que as operações decorrentes dos consórcios do seguro DPVAT deveriam ser tratadas contabilmente como consórcio, de modo que as receitas e despesas eram registradas pela Seguradora Líder (administradora do consórcio dos seguros DPVAT) sempre pelo valor bruto e os repasses de receita e as recuperações de despesas transferidas às consorciadas, eram registrados em contas específicas da operação do DPVAT. A partir de janeiro de 2020, entrou em vigor a Circular SUSEP nº 595/2019 e orientação apresentada no Manual de Práticas Contábeis emitido pela SUSEP, os quais definiram que, as operações do seguro DPVAT deverão ser registradas, unicamente, em conta de ativo a receber referente à apuração mensal da margem resultante em contrapartida de outras receitas operacionais. Conforme orientação da Circular DIAF nº 007/2020, emitida pela Seguradora Líder do Consórcio DPVAT S.A., efetuamos as reclassificações entre ativos e passivos relacionados às operações do Seguro DPVAT, nos saldos de abertura das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, que eram apresentados, substancialmente, nas rubricas de Aplicações financeiras, Provisões técnicas de seguros, Prêmios emitidos e Sinistros ocorridos. (2) A Companhia realizou a segregação do montante de Custos de Aquisição Diferidos (CAD) entre ativo circulante e não circulante, decorrente do diferimento médio de 60 meses, avaliado através de estudo técnico de permanência do seguro nos planos de previdência e seguros de vida com cobertura de sobrevivência, comercializados pela Companhia. Abaixo, demonstramos resumo dos saldos originalmente apresentados e que estão reapresentados, para a correta comparabilidade às demonstrações financeiras:

	01/01/2019	01/01/2019	01/01/2019
	Nota	01/01/2019	Reclassificações (reapresentado)
Ativo			
Circulante (1)/(2)		3.169.094	(125.481)
Aplicações (1)	6	3.098.700	(87.002)
Outros créditos operacionais (1)	7	2.056	317
Custos de aquisição diferidos (2)	10	55.357	(38.796)
Seguros (2)		51.363	(35.609)
Previdência (2)		3.994	(3.187)
Ativo não circulante		12.981	-
Ativo não circulante (1) / (2)		381.608	38.508
Realizável a longo prazo (2)		380.517	38.796
Custos de aquisição diferidos (2)	10	-	38.796
Seguros (2)		-	35.609
Previdência (2)		-	3.187
Outros - ativo não circulante		380.517	-
Investimentos		229	-
Imobilizável (1)		122	(152)
Intangível (1)		740	(136)
Total do ativo (1)		3.550.702	(86.973)
			01/01/2019
Passivo			
Circulante (1)		240.685	(86.973)
Provisões técnicas - seguros (1)	16	236.319	(86

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de Reais)

b) Hierarquia de valor justo: Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

c) Determinação do valor justo: O valor justo das aplicações em fundos de investimento foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. As operações compromissadas são operações de compra e venda (1) um dia com uma taxa pré-fixada na data da emissão da operação. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. Para títulos privados de renda fixa ativos, sem cotação em mercado, o valor justo é apurado utilizando-se metodologia própria - "Market to Model" do administrador com o uso máximo de informações observáveis no mercado. Os títulos de renda variável tiveram seus valores justos obtidos a partir da última cotação publicada pela B3 - Brasil, Bolsa, Balcão. Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros derivativos são definidos pelo administrador das carteiras e pelo custodiante, geridos pela MAPFRE Investimentos Ltda., sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, para cálculos constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de autorregulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão e na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia. O valor justo dos ativos financeiros mantidos até o vencimento é determinado apenas para fins de divulgação.

d) Taxa de juros contratada

	2020		2019	
	Maior taxa	Menor taxa	Maior taxa	Menor taxa
Certificados de depósitos bancários - CDB	103% CDI	103% CDI	103% CDI	103% CDI
Certificados de depósitos bancários - CDB	-	-	4,91% + CDI	4,91% + CDI
Debêntures	-	-	112% CDI	100% CDI
Debêntures	1,50% a.a. + CDI	1,12% a.a. + CDI	1,75% a.a. + CDI	0,83% a.a. + CDI
Debêntures	7,77% + IPCA	6,05% + IPCA	7,75% + IPCA	5,37% + IPCA
Depósitos a prazo com garantia especial - DPGE	120% CDI	100% CDI	110% CDI	120% CDI
Depósitos a prazo com garantia especial - DPGE	Di + 2,05 % a.a.	Di + 1,10 % a.a.	-	-
Letras financeiras - LF	9,27% a.a.	8,10% a.a.	9,05%	5,89%
Letras financeiras - LF	108% CDI	100% CDI	115% CDI	105% CDI
Letras financeiras - LF	1,99% a.a. + CDI	0,43% a.a. + CDI	-	-
Letras financeiras do tesouro - LFT	100% SELIC	100% SELIC	100% SELIC	100% SELIC
Letras do tesouro nacional - LTN	5,35%	2,85%	5,05%	11,01%
Notas do tesouro nacional - NTN-B	7,59%	0,84%	7,59%	0,84%
Notas do tesouro nacional - NTN-C	8,55%	2,41%	8,55%	3,55%
Notas do tesouro nacional - NTN-F	12,91%	2,26%	12,91%	4,49%
Operações compromissadas	1,88%	1,87%	-	-
Títulos da dívida agrária - TDA	9,25%	8,67%	10,58%	8,67%

e) Movimentações das aplicações

	31/12/2019 (reapresentado)		Reclassificação a valor justo (nota 6g)	Ajuste a valor justo	Rendimentos	2020
Valor justo por meio do resultado - fundos de investimentos	35.647	510.536 (480.488)	-	-	26.852	92.547
Valor justo por meio do resultado - fundos de investimentos especialmente constituídos	2.635.241	264.479 (499.381)	-	53.491	2.453.830	-
Disponíveis para venda	470.470	44.818 (10.996)	470.022	75.119	46.493	625.456
Mantidos até o vencimento	3.141.358	819.833 (990.865)	-	75.119	128.210	3.173.655
Total	6.250.606	1.514.730	470.022	75.119	271.555	4.270.990

f) Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia possui contratos futuros de DI, conforme apresentados na tabela abaixo. O objetivo de atuação no mercado de derivativos é de proteção, visando minimizar a exposição a riscos de mercado, neste caso de taxa de juros. A utilização de derivativos está condicionada a avaliação do cenário macroeconômico, demonstrados a seguir:

Derivativos	Quantidade	Valor de referência	Valor justo	Valor receber/pagar	Vencimento
FUT DI	(312)	31.200	(77.866)	4	Abaixo de 360 dias
FUT DI	1.748	(174.823)	173.588	483	Acima de 360 dias
Total	1.436	(143.623)	95.722	487	

Derivativos	Quantidade	Valor de referência	Valor justo	Valor receber/pagar	Vencimento
FUT DI	(500)	526	(361.208)	(683)	Abaixo de 360 dias
FUT DI	(4.422)	442.200	(360.682)	(683)	Acima de 360 dias
Total	(4.417)	441.700	(361.890)	(1.366)	

g) Shadow accounting - remarcação de ativos financeiros: Em atendimento à Resolução CNDP nº 376/2019, a Companhia realizou a reclassificação dos ativos integrantes da carteira de fundo de investimentos, destinados a ressecurar a aplicação dos recursos de planos abertos de previdência complementar e de seguros de pessoas com cobertura por sobrevivência que prevejam a reversão total ou parcial de resultados financeiros. Alinhado às práticas contábeis, os títulos anteriormente classificados como mantidos até o vencimento foram reclassificados para o ativo circulante de acordo com a sua valorização a mercado foi reconhecida diretamente no Patrimônio Líquido. Em decorrência desse efeito da remarcação à mercado foi necessário realizar complemento da Provisão de Excedente Financeiro - PEF e a constituição da Provisão Complementar de Cobertura - PCC, inicialmente ocasionado um descaimento contábil, uma vez que a valoração à mercado das aplicações financeiras foram reconhecidas no patrimônio líquido e o complemento das provisões técnicas reconhecido no resultado do exercício. Portanto, em linha de acordo com o CPC 11 - Contratos de Seguros, adotamos como prática o shadow accounting, possibilitando a exposição e a variação dos seus passivos correspondentes fossem em conjunto registrados no Patrimônio Líquido. Abaixo segue quadro resumo dos registros contábeis, em atendimento à Resolução CNDP nº 376/2019:

Aplicações financeiras (a) (nota 6a)	Ativo	PL
Disponível para venda	625.453	75.119
Provisões técnicas (b) (nota 16a)	Passivo	PL
Provisão de Excedente Financeiro	27.272	(24.531)
Provisão Complementar de Cobertura	37.558	(37.558)
Imposto diferido (c)	-	(5.212)
Impacto total PL (d = a-b-c)		7.818

7. OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS
O montante de R\$ 13.267 (R\$ 5.049 em 31 de dezembro de 2019) no ativo circulante é composto basicamente por R\$ 5.132 (R\$ 3.575 em 31 de dezembro de 2019) referente a taxa de gestão de fundos e R\$ 1.414 (R\$ 1.313 em 31 de dezembro de 2019) referente a créditos a receber de parcerias dos produtos de previdência. O montante de R\$ 31.116 (R\$ 31.138 em 31 de dezembro de 2019) do ativo não circulante se refere a créditos a receber de parcerias dos produtos de previdência. Os valores do ativo circulante e ativo não circulante a vencer referentes a créditos a receber de parcerias dos produtos de previdência estão demonstrados no aging abaixo:

	2020	2019
Até 1 ano	1.414	1.313
De 1 a 5 anos	5.563	5.144
Acima de 5 anos	25.553	25.994
Total a vencer	32.530	32.451

8. OPERAÇÕES COM RESSEGUADORAS E ATIVOS DE RESSEGURO

a) Ativos

	2020	2019
Provisão de sinistros a liquidar - PSL Vida	4.758	1.474
Provisão de sinistros a liquidar - PSL FGB	-	1.769
IBNR/IBNeR - Vida	1.797	30
IBNR/IBNeR - FGB	30	-
Total	6.589	3.243

b) Passivo

	2020	2019
Prêmios cedidos - Vida/VGBL	5.877	4.737
Prêmios cedidos - FGB/PGBL	-	656
Comissões a recuperar - Vida/VGBL	(107)	(359)
Sinistro	-	58
Total	5.770	5.092

c) Movimentação das provisões de resseguro

	2020		2019	
Provisão de sinistros não ocorridos mas não avisados - suficiente	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - suficiente	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - suficiente	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - suficiente	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - suficiente
Saldo inicial	3.243	3.243	3.243	3.243
Constituições	165	22.048	206	22.419
Diferimento pelo risco decorrido	(165)	-	(165)	-
Aviso/Ajuste de sinistros	-	12.586	-	12.586
Sinistros pagos a recuperar/recuperados	-	(6.533)	-	(6.533)
Reversões	-	(4.538)	(196)	(24.961)
Saldo final	3.243	1.821	10	6.589

9. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

É composto substancialmente por compartilhamento de despesas no montante de R\$ 354 (R\$ 4.536 em 31 de dezembro de 2019) conforme nota explicativa nº 24.

10. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

	2020	2019
Saldo inicial	57.293	55.357
Constituição	20.793	30.178
Reversões	(25.804)	(28.242)
Saldo final	52.282	57.293

DIRETORIA

AGUSTIN DAVID BELLO-CONDE VALDES DENIA DE MOURA FERNANDO PEREZ-SERRABONA GARCIA	FRANCISCO EUGÊNIO LABOURT JULIEN CLAUSSE ORLANDO ELLICER IBARRA CAMPO	RAPHAEL DE LUCA JUNIOR SIMONE PEREIRA NEGRÃO
---	---	---

CONTADORA

TÁLIA DE FIUME - CRC 1SP 333939/0-0	ATUÁRIA	VERA LUCIA FERNANDES LOPES - MIBA 817
-------------------------------------	---------	---------------------------------------

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da MAPFRE Previdência S.A. São Paulo - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da MAPFRE Previdência S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAPFRE Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade, em conformidade com tais normas, está descrita na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética e Profissão do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e comprometidos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores
A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, consistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção

11. OBRIGAÇÕES A PAGAR

	2020	2019
Honorários e remunerações	1	1.691
Participação nos lucros a pagar	1.007	2.235
Compartilhamento de despesas (nota nº 24)	213	1.003
Fornecedores e outras obrigações a pagar	1.187	2.568
Total	2.408	7.497

12. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	2020	2019
Imposto de renda	1.587	2.182
(-) Antecipação de imposto de renda	(529)	(2.182)
Contribuição Social	1.018	1.435
(-) Antecipação de contribuição social	(353)	(1.431)
COFINS	237	132
PIS	38	22
Outras contribuições	-	8
Total	1.998	166

13. CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS

É composto por comissões a pagar e comissões sobre prêmios emitidos pendentes.

14. OPERAÇÕES COM REPASSES

Compreende os valores de operações com repasses, referente as portabilidades aceitas aguardando reconstituição para as correspondentes provisões matemáticas, no montante de R\$ 4.309 (R\$ 3.915 em 31 de dezembro de 2019).

	2020	2019
Até 30 dias	-	356
De 31 a 60 dias	1.931	139
De 61 a 90 dias	216	909
De 91 a 180 dias	-	734
De 180 a 365 dias	2.162	1.438
Acima de 365 dias	-	339
Total	4.309	3.915

15. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

É composto por valores efetivamente recebidos, mas ainda não reclassificados para as correspondentes provisões matemáticas.

	2020	2019
Até 30 dias	4.285	-
De 31 a 60 dias	3	-
De 61 a 90 dias	2	-
De 91 a 180 dias	10	-
De 180 a 365 dias	-	8.801
Acima de 365 dias	-	-
Total	4.302	8.801

16. DETALHAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

a) Composição

	2020		2019	
	Vida	PGBL	Tradicional	Total
Provisão de Benefícios a Conceder - PMBaC	1.130.697	245.075	1.323.128	161.812
Provisão de Benefícios Concedidos - PMBC	23.447	-	45.661	78.428
Provisão de Eventos Ocorridos mas Não Avisados - IBNR	142	2.525	13	46
Provisão de Eventos Ocorridos mas Suficientemente Avisados - IBNeR	1	14	-	15
Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL	438	7.772	40	142
Provisão de Excedente Financeiro - PEF (*)	457	15.085	942	10.788
Provisão de Despesas Relacionadas - PDR	176	267	306	298
Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar - PVR	108	1.762	1.496	137
Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG	1.374	-	2.815	33.669
Provisão Complementar de Cobertura - PCC	1.374	-	2.815	33.669
Total	1.156.840	272.500	1.374.401	285.178

	2019 (reapresentado)		2020	
	Vida	PGBL	Tradicional	Total
Provisão de Benefícios a Conceder - PMBaC	1.171.943	192.723	1.463.299	139.615
Provisão de Benefícios Concedidos - PMBC	21.666	-	37.021	68.725
Provisão de Eventos Ocorridos mas Não Avisados - IBNR	-	1.319	-	309
Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL	-	2.734	31	313
Provisão de Excedente Financeiro - PEF	62	1.380	44	4.430
Provisão de Despesas Relacionadas - PDR	107	501	207	246
Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar - PVR	725	1.895	1.234	124
Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG	-	-	-	200
Total	1.194.503	200.552	1.501.836	216.962

(*) Com a mudança da marcação a mercado dos ativos da MAPFRE Previdência, em atendimento à Resolução CNDP nº 376/2019, houve o complemento da Provisão de Excedentes Financeiros. Com a remarcação algumas carteiras de previdência (FGB-IGPM, TR) que distribuem excedentes financeiros, sofreram complemento da Provisão, conforme nota explicativa nº 6g.

b) Movimentação

	2020 (reapresentado)		2019	
Saldo inicial	3.113.853	3.317.371	3.113.853	3.317.371
Contribuição	450.594	334.761	450.594	334.761
Constituição	63.460	2.985	63.460	2.985
Atualização monetária	102.801	263.122	102.801	263.122
Portabilidades	(403.497)	(581.678)	(403.497)	(581.678)
Pagamentos (Rendas/Resgates/Benefícios)	(237.727)	(224.035)	(237.727)	(224.035)
Outras movimentações	(565)	1.327	(565)	1.327
Saldo final	3.088.919	3.113.853	3.088.919	3.113.853

17. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Provisões técnicas
Ajustes TAP (nota explicativa nº 3k)
Parcela correspondente a resseguros contratados
Depósitos judiciais redutores
Total a ser coberto
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado
Ativos disponíveis para venda
Ativos mantidos até o vencimento
Total de aplicações (*)
Ativos livres
Total

	2020	2019
Provisões técnicas	3.088.919	3.113.853
Ajustes TAP (nota explicativa nº 3k)	517	32.768
Parcela correspondente a resseguros contratados	(6.589)	(3.243)
Depósitos judiciais redutores	(1.185)	-
Total a ser coberto	3.08	

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da MAPFRE Previdência S.A.

São Paulo - SP
CNPJ: 04.046.576/0001-40

Examinamos as provisões técnicas e ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da MAPFRE Previdência S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2020, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no primeiro parágrafo deste parecer, com base em nossos procedimentos de auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas.

Esses princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em particular quanto ao aspecto de solvência da Companhia, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, e bem como ao atendimento da Companhia auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valorização da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos de cobertura de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados

dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da MAPFRE Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2020 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos relacionados sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos, sob o aspecto de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, e com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que, no âmbito das referidas amostras, existe correspondência dos dados que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2021.

ERNST & YOUNG Building a better working world
RY Building a better working world
ERNST & YOUNG Serviços Atuariais SS
CIBA 57
CNPJ 03.801.998/0001-11

Ricardo Pacheco
Atuário - MIBA 2679

Anexo ao Parecer dos Atuários Auditores Independentes Demonstrativo dos Valores Sujeitos à Auditoria Atuarial

	2020
Provisões Técnicas	
Provisão de Prêmios Não Ganhos	158
Provisão de Sinistros a Liquidar	8.407
Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados	2.726
Provisão de Despesas Relacionadas	1.047
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder	2.860.712
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos	147.536
Provisão de Excedente Financeiro	27.272
Provisão de Valores a Regularizar	3.503
Provisão Complementar de Cobertura	37.558
Total de Provisões Técnicas	3.088.919
Valores Redutores da Cobertura Financeira das Provisões Técnicas	
Ativos de Resseguro Redutores - Prev./Dotais/VIV/GBU/PGBL	6.589
Total de Valores Redutores de Provisões Técnicas	6.589
Patrimônio Líquido Ajustado e Capital Mínimo Requerido	
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	119.899
Capital Base (b)	15.000
Capital de Risco - Subscrição (c)	64.609
Capital de Risco - Crédito (d)	6.568
Capital de Risco - Mercado (e)	16.463
Capital de Risco - Operacional (f)	2.471
Redução por Correlação dos Riscos (g)	13.624
Capital de Risco (h) = (c)+(d)+(e)+(f)+(g)	76.624
Capital Mínimo Requerido (i) = Maior entre (b) e (h)	76.624
Suficiência da PLA (a) - (i)	43.275

MAPFRE Capitalização S.A.

CNPJ: 09.382.998/0001-00



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório dos Atuários Independentes, referentes à MAPFRE Capitalização S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores, que entraram em vigor a partir da data de sua publicação e seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Pandemia do Coronavírus (Covid-19) e seus Impactos: A pandemia de Covid-19 trouxe uma nova fonte de incertezas à atividade econômica global. É um momento de grave crise, sem precedentes nos últimos cem anos, com consequências sociais e econômicas a pessoas e empresas. Autoridades de todo o mundo têm tomado medidas restritivas para conter a transmissão da doença. Essas restrições acarretam impactos profundos na economia, uma vez que parte preponderante da atividade econômica pressupõe que as pessoas sejam ativas, socialmente e profissionalmente. Ainda que as incertezas em relação à duração dos impactos dificultem o quantificação desses impactos, alguns indicadores de atividade econômica já demonstram sinais de enfraquecimento em bens de consumo e serviços. No Brasil, assim como em outros países do mundo, foram anunciadas medidas de estímulo à economia e ao crédito. Nessa linha, a MAPFRE estabeleceu um Comitê de Crises, que permitiu rapidamente a adoção de medidas para preservar a saúde e a integridade de seus públicos, seguindo estritamente as orientações e determinações das autoridades locais. Estabelecemos pilares de atuação contra os impactos da Covid-19, que o Grupo MAPFRE adotou:

a) Garantir o bem-estar de nossos colaboradores: I. Trabalho remoto às funções em que é possível fazer-lo; II. Comunicação transparente por meio de e-mails, portal interno de colaboradores e vídeos semanais feitos por nossos CEOs e Diretores comunicando novidades referentes à Covid-19; III. Plano de retomada de forma gradativa; IV. Disponibilização de aplicativo para colaboradores, com monitoramento diário (verificador de sintomas, orientação médica on-line 24h, atendimento por vídeo chamada e informações sobre cuidado e prevenção do novo Coronavírus).

b) Buscar as melhores soluções para atender nossos clientes da melhor maneira possível: I. De serviços gratuitos de Orientação Médica por Telefone (OMT) aos segurados de vida e telemedicina no

programa MAPFRE Cuidando de Você; II. Inclusão da cobertura em caso de morte por infecção pelo Covid-19 nas apólices de vida, habitacional e prestamista. Para o habitacional, é preciso que a cobertura por morte e invalidez permanente esteja contemplada na contratação da apólice; III. Renovação do seguro auto, residencial e rural com as mesmas condições e preços de 2019. IV. Ampliação de atividades profissionais cobertas no seguro residencial, beneficiando microempreendedores individuais que levaram seus negócios para casa. Com isso, as atividades amparadas pela cobertura "Pequeno Empreendedor", passaram de 13 para 24 categorias. O seguro residencial garante, ainda, a estes profissionais, assistência 24 horas e suporte complementar, como proteção digital e help desk. V. Reforço das soluções digitais para a realização de procedimentos como vistoria e perícia de automóveis.

c) Manter o funcionamento normal das operações em condições anormais: I. Reduzimos o tempo de pagamento às oficinas, além de pagamento adicional aos estabelecimentos com processo de higiene para prevenção do coronavírus; II. Atualização do valor do bônus performance para as assistências 24h, um adicional acordado entre a MAPFRE e os prestadores que entregam serviços com qualidade acima dos parâmetros exigidos; III. Oferta de treinamentos online à rede de prestadores em conjunto com o SEBRAE. No campo social, por meio da Fundação MAPFRE, apoio a projetos que ajudaram a população no combate ao coronavírus, sobretudo, os grupos menos favorecidos. Doação de mais R\$ 16 milhões para apoio a iniciativas de substituições governamentais e entidades de saúde, tanto de prevenção da disseminação da pandemia, quanto no tratamento da infecção.

Resultado Financeiro: O resultado financeiro totalizou R\$ 190 mil no ano de 2020, decréscimo de 95,3% em relação ao ano de 2019, impactado principalmente pela redução no rendimento do fundo de reserva.

Resultado do Exercício: Encerramos o exercício com prejuízo de R\$ 1,06 milhão, contra um lucro líquido de R\$ 1,47 milhão em 2019, justificado pela redução das receitas líquidas e resultado financeiro.

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos: Os acionistas da MAPFRE Capitalização S.A., em cada exercício, têm direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido. O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, podendo ser designado 100% à Reserva de Lucros - Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Sociedade, até atingir o limite do valor do capital social integralizado. Porém, uma vez que o exercício de 2020 apresentou prejuízo, não haverá nenhuma destinação.

Declaração de Capacidade Financeira: Em atendimento à Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, a MAPFRE Capitalização declara deter, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores

mobiliários no valor de R\$ 6,62 milhões e, considerando teor capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgates originais dos mesmos.

Receitas líquidas de títulos de capitalização: As receitas líquidas com títulos de capitalização totalizaram R\$ 26,4 milhões no ano de 2020, representando uma redução de 24,4% em relação a 2019 ou redução de R\$ 8,5 milhões.

Despesas administrativas e com tributos: As despesas administrativas e com tributos totalizaram no ano de 2020, R\$ 10,5 milhões, representando uma redução de 26,7% ou queda de R\$ 3,8 milhões.

Controles Internos: A atuação de Controles Internos tem como principal objetivo apoiar todas as áreas internas, seja de suporte ao negócio ou operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro e sustentável. Periodicamente, são realizados testes de controles internos, que visam evitar autuações dos órgãos reguladores, dar confiabilidade às práticas adotadas, informando às áreas e aos Comitês os resultados obtidos. Os assuntos abordados nos testes são: acompanhamento de novas regulamentações, atendimentos à fiscalização, lavagem de dinheiro e prevenção à fraude, segurança física e lógica, plano de continuidade de negócios e atividade de planejamento e processo.

Compliance: O GRUPO MAPFRE, com base na Lei nº 9.613/1998 e alterações e, com o intuito de prevenir a utilização de produtos ou processos para o crime de lavagem de dinheiro e assegurar a conformidade com a Circular SUSEP nº 445/2012, possui processos implementados para identificação, monitoramento e comunicação de operações suspeitas com indícios de lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e atos ilícitos. O GRUPO conta ainda com o Código de Ética, alinhado com os conceitos de Missão, Visão e Valores. Os canais de denúncia estão disponíveis aos funcionários e públicos externos, mantendo-se disponíveis para receber relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares.

Governança de Dados e Segurança da Informação: Reafirmando o compromisso pela disponibilidade, integridade e confidencialidade das informações organizacionais e dos clientes e diante dos desafios da era digital das informações, além de garantir a segurança dos dados, uma governança e gestão da informação mais robusta e fortalecida tem sido um dos focos de atuação do GRUPO MAPFRE, alinhada a nova Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709/2018.

Agradecimentos: Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, corretores, parceiros e aos colaboradores pelo apoio e confiança depositados em nosso trabalho. O fortalecimento desse relacionamento é um dos objetivos que nos estimula a seguir em frente, em busca de novos desafios.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2021.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2020	2019
Receita líquida com títulos de capitalização		26.412	34.917
(+) Arrecadação com títulos de capitalização	15a	168.293	154.263
(+/-) Variação da provisão para resgate	15b	(141.881)	(119.346)
(-) Variação das provisões técnicas	15c	(455)	597
(-) Resultado com sorteio	15d	(11.317)	(18.200)
(-) Custo de aquisição	15e	(6.523)	(3.789)
(+/-) Outras receitas e despesas operacionais		844	(168)
(+) Outras receitas operacionais		844	197
(-) Outras despesas operacionais			(365)
(-) Despesas administrativas	15f	(9.440)	(13.303)
(-) Despesas com tributos	15g	(1.103)	(1.084)
(+) Resultado financeiro	15h	190	4.022
(=) Resultado operacional		(1.392)	2.372
(-) Perdas com ativos não correntes		(5)	(314)
(=) Resultado antes dos impostos e participações		(1.397)	2.058
(-) Imposto de renda	16a	397	(608)
(-) Contribuição social	16a	242	(430)
(-) Participações sobre o resultado		(302)	(454)
(=) (Prejuízo)/Lucro líquido do exercício		(1.060)	1.474
(v) Quantidade de ações		12.000.000	12.000.000
(=) (Prejuízo)/Lucro líquido por ação		(0,09)	0,12
(=) Lucro líquido por ação		0,12	0,25

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

	2020	2019
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício	(1.060)	1.474
Outros resultados abrangentes	127	334
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	213	1.371
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	(86)	(1.037)
Resultado abrangente do exercício, líquido dos impostos	(933)	1.808

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

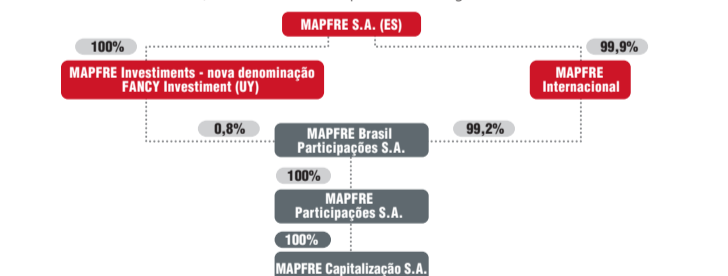
	2020	2019
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo/lucro do exercício	(1.060)	1.474
Ajustes para:	159.941	143.678
Depreciações e amortizações	50	152
Variação das provisões técnicas - capitalização	159.886	143.212
Perdas com ativos não correntes	5	314
Variação nas contas patrimoniais:	(159.241)	(142.496)
Aplicações financeiras	(21.527)	(6.002)
Créditos das operações de capitalização	738	2.195
Créditos tributários e previdenciários	(1.896)	752
Tributos diferidos	(559)	898
Despesas antecipadas	1	4
Depósitos judiciais e fiscais	(3)	(16)
Outros ativos	1.886	(572)
Obrigações a pagar	(5.503)	(2.560)
Impostos e contribuições	297	773
Débito de operações com capitalização	1.328	1.051
Depósitos de terceiros	(1.435)	2.135
Provisões técnicas - capitalização	(133.444)	(141.341)
Provisões judiciais	118	61
Outros passivos	758	126
Caixa (consumido)/gerado pelas operações	(360)	2.656
Imposto de renda pago sobre o lucro	(134)	(678)
Contribuição social pago sobre o lucro	(99)	(441)
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	(593)	1.537
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamento pela compra:	(605)	(17)
Imobilizado	(129)	(17)
Intangível	(476)	-
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(605)	(17)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos pagos	-	(717)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	-	(717)
Redução líquida de caixa e equivalente de caixa	(1.198)	803
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	1.229	426
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	31	1.229

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE Capitalização S.A. (doravante designada por "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar na modalidade de capitalização, em todo o território nacional. O endereço registrado da Companhia é Avenida das Nações Unidas, nº 11.711, 21º andar, Brooklin, São Paulo - SP, CEP 04578-000 e está cadastrada no CNPJ sob o nº 09.382.998/0001-00. A Companhia tem por objeto fornecer ao público em geral a constituição de capitais mínimos permanentemente determinados em planos de capitalização e a serem operados, comercializados e administrados de acordo e nos termos da legislação aplicável às sociedades de capitalização. A Companhia é integrante do GRUPO MAPFRE, conjunto de empresas e entidades que operam em seguros e atividades correlatas, bem como participação em outras sociedades com sede em Madrid, Espanha. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do GRUPO MAPFRE, sendo os custos das estruturas operacionais e administrativas comuns absorvidos segundo critérios estabelecidos em acordo operacional existente entre as empresas do GRUPO MAPFRE. Em 31 de dezembro de 2020, o GRUPO MAPFRE apresentava a seguinte estrutura:



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação: Em consonância à Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras não apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular, seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 24 de fevereiro de 2021. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Continuidade: A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

c) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional: As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado e dos ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Companhia é o Real. **d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são realizadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: i. informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; ii. informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício contábil. • Notas 3a e 5 - Aplicações e instrumentos financeiros; • Notas 3e e 11 - Provisões técnicas; e • Notas 3f e 13 - Provisões judiciais. **e) Segregação entre circulante e não circulante:** A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes a respectiva data-base. Os títulos e valores mobiliários identificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento. Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados como não circulantes. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulante, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulantes. **f) Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios futuros e/ou algumas serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP. **CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9):** Em vigor pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis desde 1º de janeiro de 2018, apresenta novos modelos para classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A Companhia optou por aplicar a isenção temporária do CPC 48 e continuará a aplicar o CPC 38 (IAS 39) até a data efetiva do CPC 50 - Contratos de Seguros (IFRS 17). **CPC 50 - Contratos de seguros (IFRS 17):** A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguros. O objetivo do CPC 50 é assegurar que a entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. A Companhia está iniciando o trabalho de avaliação e espera impactos relevantes em suas demonstrações financeiras, que até o momento não podem ser dimensionados. O CPC 50 passará a vigorar em 1º de janeiro de 2023.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados.

a) Aplicações e instrumentos financeiros: A classificação dentro as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes aplicações: *i. Caixa e equivalente de caixa:* Inveniente caixa, saldos em conta movimento sem vencimento, aplicações financeiras e resgatáveis no prazo de noventa dias com risco insignificante de mudança de valor justo e que não estejam vinculados com garantia das provisões técnicas. Os valores são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. *ii. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:* Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja identificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. São negociados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações ativas e frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente no resultado do período. *iii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento:* São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado. *iv. Ativos financeiros disponíveis para venda:* Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido (líquidos dos efeitos tributários). Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. *v. Determinação do valor justo:* Os valores justos têm sido apurados para propósito de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na nota 5c. *vi. Empréstimos e recebíveis:* Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas: "Créditos das operações de capitalização", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos" que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. **b) Redução ao valor recuperável:** *i. Ativos financeiros:* Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida e registrada no resultado. A perda de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda é reconhecida pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de Reais)

emissão dos respectivos títulos. O reconhecimento das despesas de provisão matemática, provisão de sorteio e demais custos necessários à comercialização dos títulos acompanha a forma da contabilização da receita. **i) Custo de aquisição:** É composto substancialmente por valores referentes às comissões e angariações relativos à comercialização de títulos de capitalização, sendo a apropriação do resultado na data de emissão (início de vigência) e renovação dos títulos. **j) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras (incluindo as aplicações classificadas como disponíveis para venda), ganhos na alienação, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado que são reconhecidos ao resultado. A receita de juros é reconhecida ao resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (imparidade), reconhecidas nos ativos financeiros são reconhecidas no resultado. **k) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados à itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo que o imposto diferido ativo é reconhecido quando é provável a geração de lucros futuros sujeitos à tributação, os quais este imposto diferido ativo possa ser utilizado, estejam disponíveis. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. **l) Participações nos lucros:** A Companhia registra mensalmente a participação dos lucros com base nos critérios de pagamento referentes ao último exercício, caso não tenha ocorrido nenhuma mudança justificativa na política de remuneração, sendo atualizado pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos financeiros. **Risco de crédito:** **Risco de liquidez:** **Risco de mercado:** **Risco operacional:** **Risco de gestão de capital:** **Risco de solvência:** **Risco de liquidez:** **Risco de mercado:** **Risco operacional:** **Risco de gestão de capital:** **Risco de solvência:** A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Companhia na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio a medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Companhia conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, alinhado à regulamentação vigente e às políticas corporativas globais do GRUPO MAPFRE, o sistema está baseado na gestão de cada um dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado pela Comissão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por modelos estatísticos como análises de sensibilidade, cálculo do Value at Risk - VaR, indicadores de suficiência de capital, dentre outros. A estes modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica, o acompanhamento e a mitigação dos riscos corporativos. A partir da avaliação dos principais riscos são elaborados planos de ação específicos para os riscos identificados acima do apetite de risco da Companhia. O objetivo é que oportunidades de melhoria sejam implementadas nas atividades de controle ou que eventuais desvios sejam corrigidos em tempo. Além disso, para gerar um ambiente de controle condizente com a importância dos negócios, a empresa investe no fortalecimento do processo interno de comunicação, disseminando o conceito de gestão de riscos entre os colaboradores. Para apoiar a unidade de gestão de riscos, o GRUPO MAPFRE conta com os seguintes órgãos de suporte: **Conselho de Administração:** é o órgão superior de administração e supervisão da atividade no país, de acordo com as leis locais e as normas internas de governo do GRUPO MAPFRE. Compete ao conselho aprovar a orientação geral de negócios, as políticas e diretrizes gerais e as metas da MAPFRE Brasil, sempre visando os melhores interesses do GRUPO MAPFRE e zelando pelo cumprimento das obrigações previstas nos normativos internos e na legislação vigente; **Comitê de Investimentos:** tem por objetivo orientar as companhias da MAPFRE Brasil no que diz respeito aos investimentos dos seus ativos financeiros, analisando os referidos investimentos para avaliar detalhadamente os benefícios e estimativa dos retornos econômico-financeiros, observando as premissas de segurança, rentabilidade, solvência, legislação e alçadas vigentes do GRUPO MAPFRE. O Comitê acompanha e zela pelo cumprimento das políticas financeiras definidas pela Alta Administração e assessorá-la no desempenho de suas atribuições relacionadas à adoção de estratégias, políticas e medidas voltadas à estratégia financeira do GRUPO MAPFRE; **e) Comitê de Riscos:** com caráter consultivo e de assessoramento, vinculado ao Comitê de Direção, tem por objetivo analisar e acompanhar, bem como, auxiliar o Comitê de Direção nas matérias relacionadas a controles internos, conformidade, gerenciamento de riscos corporativos e atuais, no âmbito de suas competências e de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo GRUPO MAPFRE. O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo, contudo, sempre respeitando o nível de independência necessário para as análises de riscos. Os Comitês têm, em seus regimentos, a definição de suas atribuições e nível de reporte. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Companhia está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Companhia. A Auditoria Interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **Risco de subscrição:** Para os títulos de capitalização as premissas são baseadas nas experiências atuariais da carteira para realizar a gestão dos riscos envolvidos. Os riscos podem ser listados em: **Risco de sorteio,** que implica na possibilidade da Companhia pagar prêmios de títulos sorteados em séries não integralizadas. **Risco de persistência** ou comportamento, que implica na estimativa da quantidade de parcelas que são pagas pelo cliente durante a vigência do título. A Administração avalia que a probabilidade de ocorrência desse tipo de risco é reduzida uma vez que, comportamento de inadimplência é mais acentuada na modalidade "popular" onde a Companhia não opera. **Risco de despesas administrativas,** onde a Companhia tem que arcar com despesas em séries não comercializadas em sua totalidade. Atualmente esse tipo de risco é gerenciado no momento do lançamento da série, onde a Companhia realiza um estudo preliminar de viabilidade onde indica o número mínimo de cotas a serem comercializadas para a Companhia não ter prejuízos com despesas administrativas, caso o número mínimo for factível de vendas de acordo com as condições de mercado e histórico da Companhia, a mesma é lançada, caso contrário, não. **Risco de garantir a rentabilidade pré-definida** para as reservas matemáticas aprovadas nas condições gerais dos títulos de capitalização. A Companhia gerencia esse tipo de risco determinando parâmetros mínimos de rentabilidade estipulados para o gestor dos recursos, sendo a rentabilidade monitorada periodicamente e discutida nas reuniões do Comitê de Investimentos. **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais para com a Companhia. A Companhia possui políticas para garantir limites e limites de exposição de crédito, onde o crédito não sejam excedidos, a área de Riscos realiza tempestivamente o monitoramento das exposições para efetivo cumprimento dos limites de crédito estabelecidos na política. O monitoramento é realizado para ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares, levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. A Administração entende que, no que se refere as operações de capitalização, há uma exposição reduzida ao risco de crédito, uma vez que a Companhia opera apenas com pagamento único. **Gerenciamento ao risco de crédito:** Para um melhor controle à exposição a esse tipo de risco, os recursos são investidos nos fundos geridos pela MAPFRE Investimentos Ltda., empresa do mesmo grupo econômico, que tem como premissa os mesmos limites descritos na Política de Risco de Crédito e submete aos comitês competentes, periódicas avaliações econômico-financeiras das contrapartes em que os recursos estão aplicados. No que se refere as aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo pelo fato de que a maior parte da carteira está concentrada em títulos de renda fixa públicos e operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais, sendo considerado um rating bem avaliado como AAA (risco soberano brasileiro). As agências avaliadoras de riscos são Standard & Poor's, Fitch Ratings e Moody's, como demonstrado no quadro abaixo:

	2020		2019	
	AAA rating	Sem rating	AAA rating	Sem rating
Ativos financeiros -rating				
Títulos de renda fixa públicos (*)	172.811	172.811	151.188	151.188
Caixa/contas a pagar/receber	26	26	(5)	21.642
Total	172.811	172.837	151.188	(5)

(*) Inclui operação compromissada com lastro em títulos públicos no montante de R\$ 10.175 (R\$ 15.928 em 31 de dezembro de 2019). A Companhia utiliza diversas análises de sensibilidade e testes de stress como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Companhia em condições normais e em condições de stress de mercado. Os testes realizados levam em consideração, cenários históricos e cenários futuros, e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e tomada de decisão e também para identificação de descasamentos entre ativos e passivos financeiros da Companhia. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de uma Companhia liquidar seus compromissos, como com as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Companhia possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer resultados de financiamentos de curto prazo. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos da Companhia para manter recursos financeiros suficientes para cumprimento das obrigações a medida que estas atingem seu vencimento. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimativa de passivos oriundos de resgates e sorteios a pagar. **Gerenciamento do risco de liquidez:** A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidez de direitos e obrigações. A Companhia monitora, por meio do fluxo de caixa, as entradas e os desembolsos futuros, com o intuito de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. Adicionalmente, é reportado mensalmente à SUSEP o nível de liquidez apresentado pela Companhia, avaliando a sobra de recursos em função da necessidade de cobertura das provisões técnicas.

	2020		2019	
	Fluxo de ativos (*)	Fluxo de passivos (**)	Fluxo de ativos (*)	Fluxo de passivos (**)
Fluxo até 1 ano	100.482	54.226	98.052	109.805
Fluxo de 1 a 5 anos	43.351	101.501	193.805	21.642
Fluxo acima de 5 anos	31.659	6	16.557	976
Total	175.492	155.733	308.414	132.423

(*) O fluxo de ativos considera o disponível, equivalentes de caixa, aplicações, títulos e créditos a receber, outros créditos e créditos das operações de capitalização. As aplicações financeiras são substancialmente constituídas de Títulos Públicos Federais que, apesar de terem vencimentos de longo prazo, aquelas classificadas nas categorias disponível para venda e valor justo por meio do resultado, podem ser convertidas em caixa a qualquer momento, de acordo com o fluxo de caixa da Companhia. (**) O fluxo de passivos considera o contas a pagar, débitos com operações com capitalização e provisões técnicas. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno dos investimentos. A política da Companhia, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo que o risco de mercado é calculado pela MAPFRE Investimentos Ltda. com base em cenários de duração e com a metodologia de Value at Risk - VaR e Macaulay Duration. O modelo de VaR é aplicado à carteira da Companhia, utilizando-se de VaR paramétrico, com nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 dia útil. Considerando o efeito da diversificação entre os fatores de risco, a possibilidade de perda estimada pelo modelo do VaR, para o intervalo de 1 dia é de:

	2020		2019	
	Fluxo de ativos (*)	Fluxo de passivos (**)	Fluxo de ativos (*)	Fluxo de passivos (**)
Capitalização	182	170.029	182	170.029

A metodologia de Macaulay Duration é aplicada às Carteiras de ALM - Asset & Liability Management da Companhia, que contempla as carteiras administradas e o fundo que mantém participação. O prazo médio apresentado para as carteiras é de 1,50 anos (1,71 em 31 de dezembro de 2019) frente a um patrimônio de R\$ 170.029 (R\$ 148.589 em 31 de dezembro de 2019) e está de acordo com as diretrizes do GRUPO MAPFRE, sendo revisado, periodicamente, pelo Comitê de Investimentos. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com a abordagem de balanço entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de gerenciamento de risco é a redução entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de riscos aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. **Sensibilidade à taxa de juros:** Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: i. Taxa de juros; e ii. Cupons de títulos indexados a índices de inflação nas posições ativas e passivas da Companhia. A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos base para taxa de juros e para cupons de inflação) teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros. A Companhia não resgata antecipadamente os ativos classificados na categoria mantidos até o vencimento, mesmo assim, os títulos classificados nessa categoria foram mantidos para cálculo da análise de sensibilidade. A análise de sensibilidade foi realizada para o volume financeiro da carteira atual, que totaliza R\$ 174.724 (R\$ 154.110 em 31 de dezembro de 2019). Para a análise de sensibilidade, todos os ativos em carteira da Companhia foram considerados a valor de mercado, independentemente de sua classificação contábil.

Impacto no patrimônio líquido/resultados (bruto de impostos)

	2020		2019	
	Entre 1 ano e 5 anos	Acima de 5 anos	Entre 1 ano e 5 anos	Acima de 5 anos
Fator de risco				
Taxa de juros e cupons				
a) Elevação de taxas		(1.346)		
b) Redução de taxas		1.419		
Parâmetros: 100 basis points nas estruturas de taxas de juros vigentes. Risco operacional: Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoas, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. A avaliação do risco operacional utiliza uma ferramenta que auxilia na autoavaliação de riscos operacionais e controles inerentes às operações de cada um dos processos, por meio desta ferramenta os riscos são avaliados com base na sua importância relativa, probabilidade de ocorrência e as medidas de controle existentes para a mitigação de cada risco exposto. Gerenciamento do risco operacional: A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais e contempla as seguintes atividades: Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; Exigências para reconciliação e monitoramento de operações; Cumprimento com exigências regulatórias e legais; Documentação de controles e procedimentos; Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; Desenvolvimento do Banco de Dados de Perdas Operacionais - BDPO para reporte de prejuízos operacionais e as ações corretivas; Desenvolvimento de planos de continuidade de negócios - PCN; Treinamento e disseminação da cultura de controles internos; e Padrões éticos. Dentro desse cenário, a Companhia insere mecanismos de avaliação de Compliance para evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas e instruções internas. A Área de Gerenciamento de Riscos coordena o processo anual de Identificação de Riscos Materiais, a fim de identificar os riscos que a entidade pode enfrentar durante o período contemplado em seu plano de negócios, riscos que podem afetar significativamente o desempenho dos objetivos de classificação ou de capital regulatório. Nessa identificação de riscos, tem como fator de sucesso a colaboração de executivos dentro da organização que possam antecipar ou dar sua opinião sobre a evolução dos riscos aos quais a entidade está exposta. O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional, em que o mapa de riscos é atualizado regularmente com base nas autoavaliações de riscos e controles. Adicionalmente, um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna é aprovado anualmente pelo Conselho de Administração, com trâmite pelo Comitê de Auditoria. Os resultados das análises da Auditoria Interna são encaminhados ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração. Limitações da análise de sensibilidade: As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e os passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. À medida que os mercados de investimentos se movimentam por meio de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção. Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Companhia em possíveis mudanças no mercado em um futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica. Gestão de capital: O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios.				

Títulos	Vencimento				Sem vencimento	Ativos				Total		
	Até 1 ano	Entre 1 ano e 5 anos	Acima de 5 anos	5 anos		Valor contábil	Valor de curva	Valor justo	Ajuste ao valor justo			
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado	47.693	43.103	-	26	90.822	90.898	90.822	(76)	90.822	53%	97.143	65%
Fundos de investimentos	47.693	43.103	-	26	90.822	90.898	90.822	(76)	90.822	100%	97.143	100%
Letras financeiras do tesouro - LFT	1	37.518	43.103	-	80.621	80.697	80.621	(76)	80.621	89%	92.217	95%
Títulos da dívida agrária - TDA	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%
Operações compromissadas (*)	2	10.175	-	-	10.175	10.175	10.175	-	10.175	11%	4.928	5%
Caixa/Contas a pagar/receber	2	-	-	-	26	26	26	26	26	0%	(5)	0%
Ativos financeiros disponíveis para venda	48.816	-	26.577	-	75.393	72.585	75.393	2.807	75.393	44%	45.921	30%
Carteira administrada	48.816	-	26.577	-	75.393	72.585	75.393	2.807	75.393	100%	45.921	100%
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	-	-	-	26.577	25.327	26.577	1.250	26.577	35%	-	-
Letras do tesouro nacional - LTN	1	48.816	-	-	48.816	47.258	48.816	1.557	48.816	65%	45.921	100%
Ativos mantidos até o vencimento	3.179	223	3.220	-	6.622	6.622	8.509	1.887	6.622	4%	8.119	5%
Fundos de investimentos	3.179	223	3.220	-	6.622	6.622	8.509	1.887	6.622	100%	8.119	100%
Notas do tesouro nacional - NTN-B	1	-	-	-	3.220	3.220	5.081	1.861	3.220	49%	3.899	48%
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	3.179	223	-	3.402	3.402	3.428	26	3.402	51%	4.220	52%
Total	99.688	43.226	29.797	26	172.837	170.105	174.724	4.618	172.837	100%	151.183	100%

(*) Operações compromissadas com lastro em títulos público.

b) Hierarquia de valor justo: Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Não houve reclassificação entre as categorias de Títulos e Valores Mobiliários no período. **c) Determinação do valor justo:** O valor justo das aplicações em fundos de investimento foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. As operações compromissadas são operações de compra e venda de (1) um dia com uma taxa pré-fixada na data da emissão da operação. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. O valor justo dos ativos financeiros mantidos até o vencimento é determinado apenas para fins de divulgação.

	2020		2019	
	Maior taxa	Menor taxa	Maior taxa	Menor taxa
Letras financeiras do tesouro - LFT	100% SELIC	100% SELIC	100% SELIC	100% SELIC
Letras do tesouro nacional - LTN	9,11%	9,11%	9,11%	9,11%
Notas do tesouro nacional - NTN-B	7,50%	7,35%	7,50%	7,35%
Notas do tesouro nacional - NTN-F	12,91%	7,33%	12,91%	10,60%
Operações compromissadas (*)	1,88%	1,88%	4,38%	4,38%
Títulos da dívida agrária - TDA	9,25%	9,24%	9,25%	9,24%

(*) Operações compromissadas com lastro em títulos público.

	2019		2020	
	Aplicações	Resgates	Ajuste a valor justo	Rendimentos
Valor justo por meio do resultado	97.143	56.076 (67.082)	-	4.685 90.822
Disponíveis para venda	45.921	25.024	-	4.235 75.393
Mantidos até o vencimento (*)	8.119	-	213	(1.497) 6.622
Total	151.183	81.100 (67.082)	213	7.423 172.837

(*) Os rendimentos dos ativos mantidos até o vencimento apresentam saldo negativo devido à queda na participação da Companhia no fundo de investimento que possui em sua carteira esses ativos financeiros.

11. MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	2020		2019	
	Provisão matemática para capitalização - PMC	Provisão para resgate - PR	Provisão para sorteios a realizar - PSR	Provisão para sorteios a pagar - PSP
Saldo inicial	98.246	10.296	391	15.855
Constituição de provisão	150.907	-	16.601	11.508
Atualização monetária e juros	6.079	-	12	-
Pagamento de títulos sorteados	-	-	-	(11.916)
Pagamento de resgates	-	(121.528)	-	-
Títulos cancelados	(9.026)	-	-	-
Constituição de despesas administrativas	-	-	-	-
Baixa de despesas administrativas	-	-	-	-
Baixa de sorteio decorrido	-	-	(16.792)	-
Transferência PRA	(30.056)	30.056	-	-
Transferência PRV	(86.289)	86.289	-	-
Transferência PDB	-	24	-	(24)
Decremento Bônus	-	-	-	(311)
Receitas com penalidades	-	119	-	-
Outras provisões	-	(219)	-	-
Saldo final	129.861	5.037	212	15.447

	2020		2019	
	Provisão matemática para capitalização - PMC	Provisão para resgate - PR	Provisão para sorteios a realizar - PSR	Provisão para sorteios a pagar - PSP
Saldo inicial	99.713	8.001	60	15.185
Constituição de provisão	122.823	-	19.223	18.497
Atualização monetária e juros	5.747	-	8	-
Pagamento de títulos sorteados	-	-	-	(17.821)
Pagamento de resgates	-	(123.520)	-	-
Títulos cancelados	(3.477)	-	-	-
Constituição de despesas administrativas	-	-	-	-
Baixa de despesas administrativas	-	-	-	-
Baixa de sorteio decorrido	-	-	(18.900)	-
Transferência PRA	(43.611)	43.611	-	-
Transferência PRV	(82.949)	82.949	-	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de Reais)

	2020	2019
h) Resultado financeiro	190	4.022
Receitas financeiras	7.425	9.864
Juros sobre os ativos financeiros destinados a valor justo por meio do resultado	4.685	4.776
Juros sobre os ativos financeiros disponíveis para venda	4.235	3.631
Juros sobre os ativos financeiros mantidos até o vencimento	(1.497)	1.457
Outras receitas financeiras eventuais	2	-
Despesas financeiras	(7.235)	(5.842)
Despesas financeiras com provisões técnicas	(6.114)	(5.772)
Atualização monetária sobre provisões judiciais	(14)	(4)
Outras despesas financeiras	(1.107)	(66)

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2020		2019	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
a) Despesas de imposto de renda e contribuição social				
Prejuízo/Lucro antes dos impostos e após participações	(1.699)	(1.699)	2.512	2.512
Imposto de renda e contribuição social as alíquotas vigentes	425	255	(603)	(377)
Diferenças temporárias	(32)	(19)	103	62
Diferenças permanentes	(22)	(13)	(42)	(15)
Deduções incentivadas	-	-	41	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	371	223	(501)	(330)
Constituição/reversão créditos tributários	32	19	(107)	(100)
Ajustes relativos ao exercício corrente	(6)	-	-	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	397	242	(608)	(430)
Alíquota efetiva (%)	23%	14%	24%	17%

	2019		2020	
	Constituições	Reversões	Constituições	Reversões
b) Imposto de renda e contribuição social diferido e tributos a recuperar				
Ativo	1.028	452	1.447	1.447
Tributos a compensar	586	2.156	(679)	2.063
Tributos retidos na fonte	1.614	2.608	(712)	3.510
Total ativo circulante				
Ativo e passivo				
Diferenças temporárias:				
Contingências cíveis	27	98	(50)	75
Provisão para participação nos lucros	112	118	(115)	115
Prejuízo fiscal e base negativa	-	594	-	594
Ajustes de títulos a valor justo TVM	(1.037)	564	(650)	(1.123)
Total ativo e passivo não circulante	(898)	1.374	(815)	(339)
Ativo	1.320	28	1.028	1.028
Tributos a compensar	561	25	586	586
Tributos retidos na fonte	1.881	53	(320)	1.614
Total ativo circulante				
Passivo				
Diferenças temporárias:				
Contingências cíveis	3	115	(91)	27
Provisão para participação nos lucros	343	627	(858)	112
Ajustes de títulos a valor justo TVM	-	-	(1.037)	(1.037)
Total passivo não circulante	346	742	(1.986)	(898)

17. PLANOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Companhia proporciona plano de previdência complementar aos seus colaboradores, da MAPFRE Previdência S.A., cujos benefícios compreendem pensão e complemento de aposentadoria. O regime do plano é de contribuição definida, sendo que as contribuições efetuadas no período totalizaram R\$ 34 (R\$ 43 em 31 de dezembro de 2019).

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração define como partes relacionadas à Companhia, empresas que compõem o GRUPO MAPFRE, o Banco do Brasil S.A. e empresas a ele ligadas, seus Administradores, Conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas. Por meio dos procedimentos de captura de tais transações apresentamos os movimentos relacionados.

Apresentamos as principais operações com partes relacionadas:

	2020				2019			
	Ativo	Passivo	Receitas	Despesas	Ativo	Passivo	Receitas	Despesas
MAC Investimentos S.A. (1)	Coligada	10	-	-	(140)	-	-	-
MAPFRE Assistência Ltda. (1)(2)	Coligada	-	6	13	(25)	14	-	1
MAPFRE Brasil Participações S.A. (1)	Indireta	4	-	127	-	1	-	27
MAPFRE Holding do Brasil Ltda. (1)	Coligada	-	-	-	-	-	-	(203)
MAPFRE Investimentos Ltda. (1)	Coligada	-	-	-	(2)	4	-	(33)
MAPFRE Investimentos e Participações (1)	Coligada	-	-	-	(1)	-	-	(1)
MAPFRE Participações S.A. (1)(3)	Acionista	-	-	-	-	-	-	-
MAPFRE Previdência S.A. (1)	Direta	-	-	-	-	-	5.000	-
MAPFRE Saúde Ltda. (1)	Coligada	-	4	-	(99)	1	-	2.207
MAPFRE Seguros Geras S.A. (1)(2)	Coligada	-	2	24	(20)	-	-	7
MAPFRE Vida S.A. (1)(2)	Coligada	578	13.683	40.544	(21.991)	943	18.833	39.392
Vera Cruz Consultoria Técnica e Administração de Unhos Ltda. (1)	Coligada	165	733	7.302	(3.385)	527	833	6.225
PROTENEG Corretora de Seguros Ltda. (1)	Coligada	41	-	40	-	310	-	1.198
Total		798	14.428	48.050	(25.668)	1.804	24.666	45.618

(1) Refere-se ao rateio de despesas administrativas e comerciais compartilhadas que é efetuado a partir de aplicações de percentuais de alocação para cada Empresa, sobre o total de despesas incorridas por elas sob o comando da MAPFRE Participações S.A., no desenvolvimento de atividades de: a) administração financeira; b) tecnologia da informação; c) administração; d) jurídico; e) recursos humanos; f) marketing; e g) corporativo, percentuais estes definidos com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos na convenção do GRUPO MAPFRE. (2) Refere-se a venda de títulos de capitalização que são oferecidos em incentivo na venda de seguros. (3) Refere-se a pagamento de dividendos ao acionista. **a) Remuneração do pessoal-chave da Administração:** É estabelecido anualmente, por meio da Assembleia Geral Ordinária, o montante global anual da remuneração e benefícios dos Administradores. Os montantes são pagos por outra Companhia do GRUPO MAPFRE. A Companhia não tem como política pagar a empregados e Administradores remuneração baseada em ações.

19. OUTRAS INFORMAÇÕES

Comitê de Auditoria: O Comitê de Auditoria está instituído na empresa líder MAPFRE Participações S.A., nos termos da Resolução nº 321/2015 e alterações, do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, tendo alcance sobre a Companhia.

DIRETORIA

AGUSTIN DAVID BELLO-CONDE VALDES DENIA DE MOURA	FRANCISCO ENGENIO LABOURT JULIEN CLAUSSÉ ORLANDO ELIECER IBARRA CAMPO	RAPHAEL DE LUCA JÚNIOR SIMONE PEREIRA NEGRÃO
---	--	--

CONTADORA

TÁLITA DE FIUME CRC 1SP 333939/O-0	ATUÁRIA	VERA LUCIA FERNANDES LOPES MIBA 817
--	----------------	---

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da **MAPFRE Capitalização S.A.**, São Paulo - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da MAPFRE Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAPFRE Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores
A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta

estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.
Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para

fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2021.



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador - CRC 1SP252419/O-0

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos **Acionistas e Administradores da MAPFRE Capitalização S.A.**, São Paulo - SP
CNPJ: 09.382.998/0001-00

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras, os demonstrativos do capital mínimo e da solvência da MAPFRE Capitalização S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2020, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração
A Administração da Companhia é responsável pelos itens auditados definidos no parágrafo acima de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no primeiro parágrafo deste parecer, com base em nossos procedimentos de auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas.

Esses princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em particular quanto ao aspecto de solvência da Companhia, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Companhia auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante

independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião
Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo e da solvência, como definidos no primeiro parágrafo acima, da MAPFRE Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2020, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros Assuntos
No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, e com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que, no âmbito das referidas amostras, existe correspondência dos dados que serviriam de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros do FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2021.



ERNST & YOUNG Serviços Atuariais SS
CIBA 57
CNPJ 03.801.998/0001-11

Ricardo Pacheco
Atuário - MIBA 2679

Anexo ao Parecer dos Atuários Auditores Independentes

Demonstrativo dos Valores Sujeitos à Auditoria Atuarial

	2020
Provisões Técnicas	
Provisão Matemática para Capitalização	129.861
Provisão para Resgates	5.037
Provisão para Sorteios a Realizar	212
Provisão para Sorteios a Pagar	15.447
Provisão para Despesas Administrativas	484
Provisão para Distribuição do Bônus	62
Provisão Complementar de Sorteios	393
Total de Provisões Técnicas	151.496
Patrimônio Líquido Ajustado e Capital Mínimo Requerido	
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	20.458
Capital Base (b)	10.800
Capital de Risco - Subscrição (c)	1.004
Capital de Risco - Crédito (d)	875
Capital de Risco - Mercado (e)	2.388
Capital de Risco - Operacional (f)	976
Redução por Correlação dos Riscos (g)	(1.011)
Capital de Risco (h) = (c)+(d)+(e)+(f)+(g)	4.232
Capital Mínimo Requerido (i) = Maior entre (b) e (h)	10.800
Suficiência do PLA (a) - (i)	9.658



INOVAR
cada vez mais.
CUIDAR
cada vez melhor.

Desenvolvemos soluções inteligentes para pessoas e empresas. Inovamos para cuidar do que é mais importante para você.

A seguradora com o mais amplo portfólio e com produtos fáceis de entender?

Aí eu vi MAPFRE.

